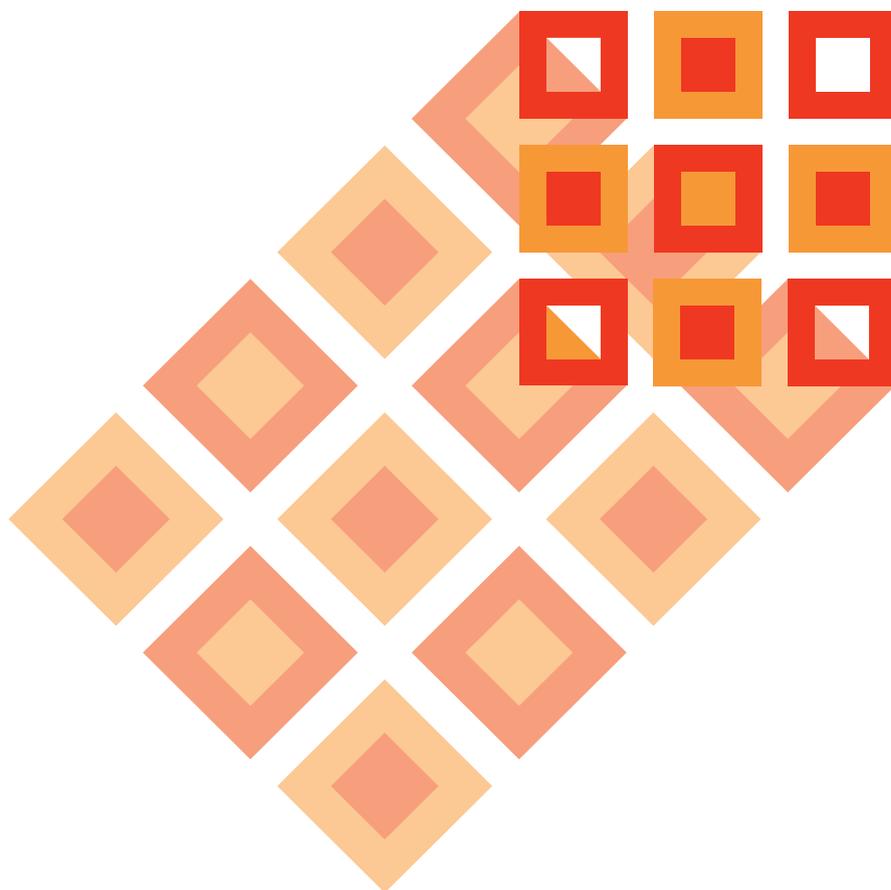


MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

CARTA SOCIAL

*REDE DE SERVIÇOS
E EQUIPAMENTOS*

RELATÓRIO 2005



DIRECÇÃO-GERAL DE ESTUDOS, ESTATÍSTICA E PLANEAMENTO

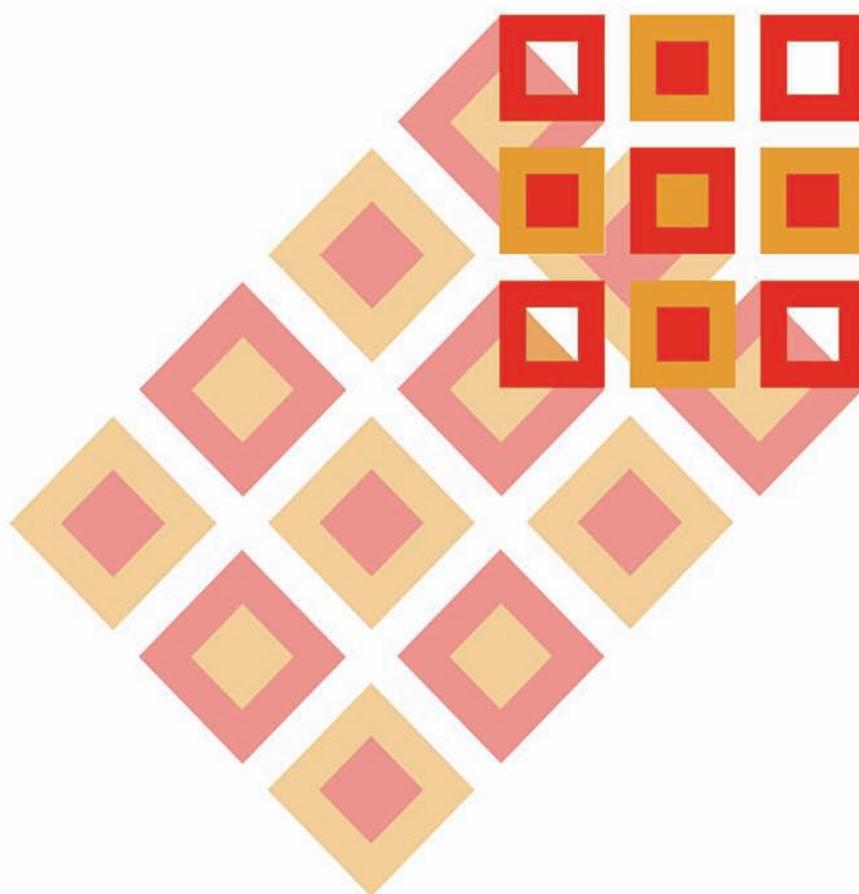
PUBLICAÇÃO CO-FINANCIADA PELO FUNDO SOCIAL EUROPEU

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

CARTA SOCIAL

*REDE DE SERVIÇOS
E EQUIPAMENTOS*

RELATÓRIO 2005



© Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (DGEEP),

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), 2007

CARTA SOCIAL – REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS 2005

Coordenação de DGEEP / MTSS

Coordenação Editorial e de Distribuição:

Centro de Informação e Documentação DGEEP – CID

Praça de Londres, 2, 2.º

1049-056 Lisboa

Tel.: (+351) 218 441 100

Fax: (+351) 218 406 171

E-mail: dgeep.cid@dgeep.mtss.gov.pt

Página: www.dgeep.mtss.gov.pt

Impressão e acabamentos: Editorial do Ministério da Educação

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,

de acordo com a legislação em vigor por DGEEP / MTSS

Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (DGEEP)

Rua Castilho, 24, 2.º, 1250-069 Lisboa

Tel.: (+351) 213 114 900

Fax: (+351) 213 114 949

Página: www.dgeep.mtss.gov.pt

Coordenador do Trabalho: João Gonçalves

Equipa Técnica: Irene Miralto e José Miguel Nogueira

Apoio Informático: Ana Gil, Nuno Dunhão, Paula Espadinha e Vitor Marques

Colaboração: ISS – Instituto de Segurança Social (MTSS)

SCML – Santa Casa de Misericórdia de Lisboa (MTSS)

CPL – Casa Pia de Lisboa (MTSS)

Resumo

A actualização da informação relativa à Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (Continente), revela-se de extrema importância para o processo de planeamento e tomada de decisão em matéria de política de acção social e permite ao mesmo tempo, na óptica da informação ao cidadão, a identificação dos diferentes equipamentos e respostas sociais disseminados pelo Continente e desenvolvidas pelas instituições das redes solidária, pública e lucrativa.

O Relatório 2005 vem na linha de continuidade das publicações anteriores, pretendendo, deste modo, dar uma panorâmica geral da evolução recente da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais, tendo por base a leitura das principais variáveis, por referência a Novembro e Dezembro de 2005, com base nos elementos recolhidos por inquirição presencial junto das instituições.

Este Relatório não se constitui como um instrumento de divulgação estatística nem de análise qualitativa.

Abstract

The updating of data on the Social Services and Facilities Network (Mainland) seems to be most important for the process of planning and decision-making in the social policies field, while, simultaneously, from the viewpoint of the information to the citizens it allows the identification of the different social facilities and responses, provided by institutions of the solidarity, public and profitable networks, all over the Mainland.

The Report 2005 appears in the following of the preceding publications and aims to provide an overview of the recent developments of the Social Services and Facilities Network. It is based on the reading of the main variables referring to November and December 2005. The collected data were obtained through direct inquiries to the institutions.

This Report is not intended to be an instrument of statistical information or qualitative analysis.

ÍNDICE

1. Nota introdutória	7
2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos	8
2.1 - Entidades Proprietárias	8
2.2 – Equipamentos Sociais	9
2.3 – Respostas Sociais	11
3. Respostas sociais por áreas de intervenção	13
3.1 – Infância e Juventude	13
3.2 – Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência	17
3.3 – População Idosa	18
3.4 – Família e Comunidade	21
3.5 – Toxicodependência	22
3.6 – Pessoas Infectadas pelo VIH/Sida e suas Famílias	24
3.7 – Outras áreas de intervenção	25
4. Despesas de investimento e de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: o esforço público	27
4.1 – Investimentos	27
4.2 – Despesas de funcionamento	29
4.3 – Despesas com investimento e funcionamento da Rede de Serviços e Equipamentos	31
Anexos:	33
➤ Nomenclaturas e Conceitos	35

1. Nota introdutória ¹

O relatório que se apresenta, na linha de continuidade das publicações anteriores, pretende apenas dar uma ideia panorâmica da evolução recente da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais em Portugal Continental, não se constituindo como um instrumento de divulgação estatística nem de análise qualitativa.

Este relatório assenta na leitura das principais variáveis da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais, por referência a Novembro e Dezembro de 2005, com base nos elementos recolhidos por inquirição presencial junto das instituições. O processo de actualização permitiu corrigir alguma informação constante na base de dados, designadamente a eliminação de equipamentos e serviços que entretanto encerraram, bem como a inclusão de outros que não constavam no registo da informação disponível.

A actualização da informação revela-se de extrema importância para o processo de planeamento e tomada de decisão em matéria de política de acção social e permite ao mesmo tempo, na óptica da informação ao cidadão, a identificação dos diferentes equipamentos e respostas sociais disseminados pelo Continente e desenvolvidas pelas instituições das redes solidária, pública e lucrativa, através do site da DGEEP em www.dgeep.mtss.gov.pt.

¹ No desenvolvimento deste Relatório, são utilizados indiscriminadamente os termos “valência” e “resposta social”.

2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos

2.1 - Entidades Proprietárias

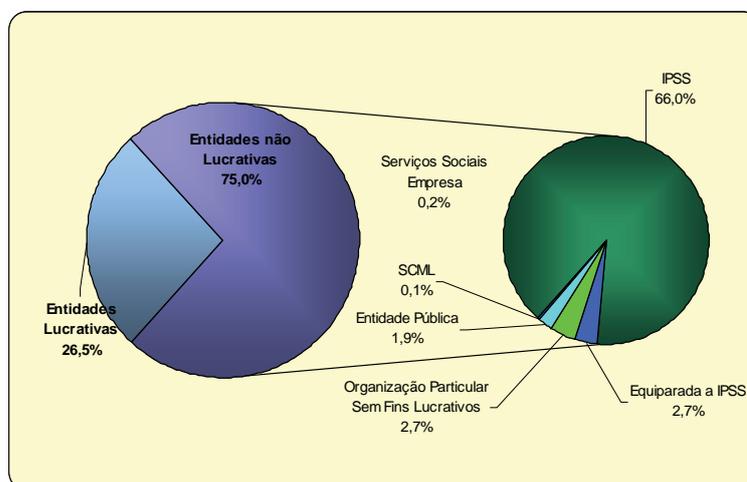
No contexto deste relatório considera-se entidade proprietária, qualquer entidade, individual ou colectiva, detentora ou gestora de equipamentos onde se desenvolvem respostas sociais.

Entidades lucrativas e não lucrativas – situação em 2005

As entidades proprietárias ou gestoras estão classificadas segundo a sua natureza jurídica em entidades lucrativas e entidades não lucrativas. Estas últimas compreendem as Instituições Particulares de Solidariedade Social, vulgarmente designadas por IPSS, outras entidades sem fins lucrativos, bem como as Entidades Públicas que prosseguem fins de acção social e os Serviços Sociais das Empresas.

Em Portugal Continental, por referência a 31 de Dezembro de 2005, foram identificadas 5.323 entidades proprietárias de equipamentos sociais, tendo-se registado um crescimento de 6,1% em relação ao ano anterior, comportamento este que reflecte a tendência verificada desde 1998.

Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica Continente – 2005

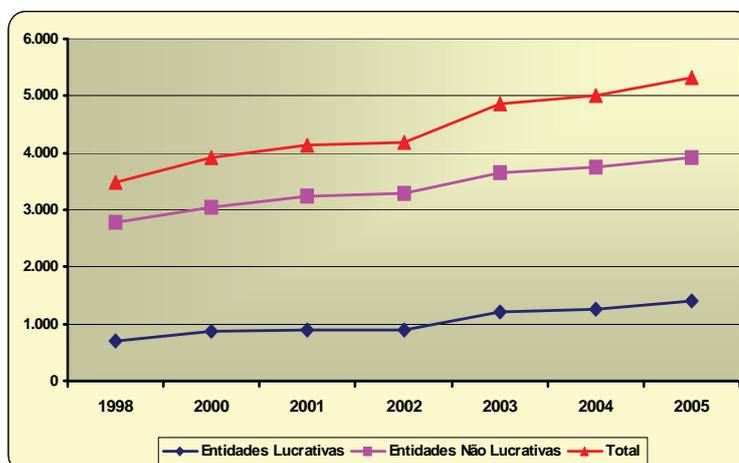


Entidades lucrativas e não lucrativas, evolução 1998 – 2005

O número de entidades proprietárias de equipamentos sociais tem vindo a aumentar de uma forma contínua e significativa ao longo do período de referência.

De 1998 a 2005 o número de entidades proprietárias cresceu 53,1%, representando o sector não lucrativo, em 2005, cerca de 73% do universo.

Evolução do número de entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica Continente 1998 – 2005

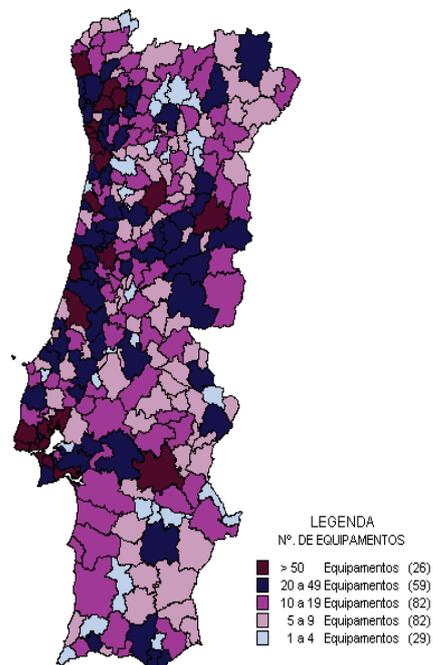


2.2 - Equipamentos Sociais

No âmbito deste relatório considera-se equipamento social toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais ou estão instalados os serviços de enquadramento a determinadas respostas que se desenvolvem directamente junto dos utentes como, por exemplo, as Amas e o Serviço de Apoio Domiciliário.

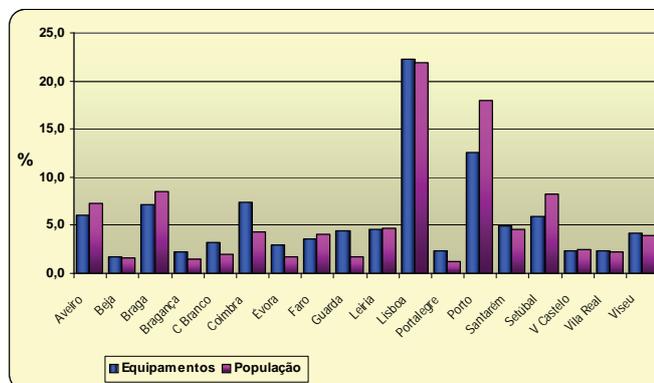
De acordo com o mapa da distribuição espacial verifica-se que todos os concelhos estão cobertos por equipamentos sociais. A maioria dos concelhos (164) detém de 5 a 19 equipamentos.

Distribuição espacial dos equipamentos sociais por concelho
Ano de 2005



O padrão de distribuição dos equipamentos sociais no território acompanha o nível da densidade populacional com particular incidência nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, bem como em toda a faixa litoral a norte da península de Setúbal.

Distribuição percentual dos equipamentos sociais e da população residente, por distrito
Continente 2005

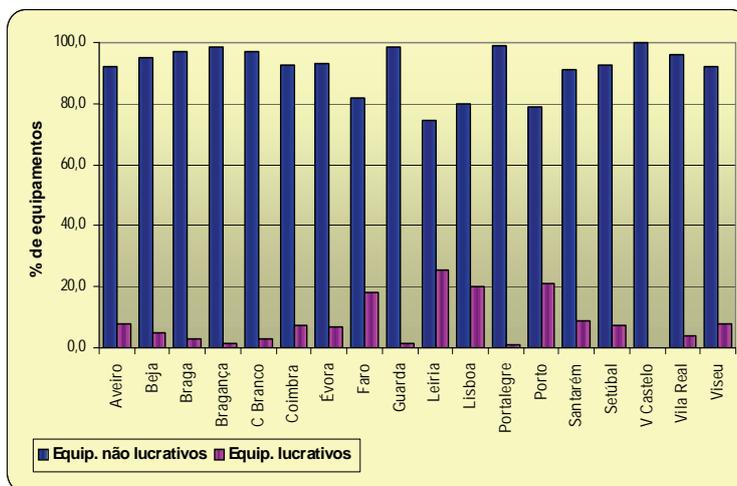


Numa análise mais particular constata-se que Coimbra, Guarda, Porto e Setúbal, constituem uma excepção ao equilíbrio verificado nos demais distritos.

Equipamentos lucrativos e não lucrativos – situação em 2005

Em relação ao número de equipamentos instalados por distrito, Leiria apresenta a maior percentagem de equipamentos lucrativos em funcionamento (25,5%). Porto (21,2%), Lisboa (19,9%) e Faro (18,3%) registam também valores significativos. No entanto, nos distritos de Braga, Bragança, Castelo Branco, Guarda, Portalegre e Viana do Castelo denota-se uma fraca, ou inexistente, implantação deste tipo de equipamentos.

Equipamentos sociais segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por distrito
Continente – 2005



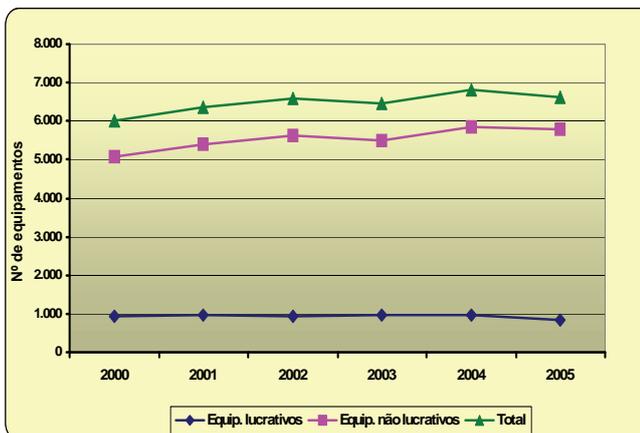
Equipamentos lucrativos e não lucrativos, evolução 1998 – 2005

O número de equipamentos sociais em funcionamento no Continente aumentou significativamente de 1998 para 2005 (29,6%), o que corresponde a mais 1.537 equipamentos sociais. Cerca de 88% destes equipamentos pertencem à rede solidária.

Em 2005 observa-se um decréscimo (19%) do número de equipamentos afectos à rede lucrativa devido essencialmente ao encerramento de algumas unidades que não se encontravam conforme as disposições legais.

Por conseguinte, a rede solidária continua a ser a grande dinamizadora do crescimento do número de equipamentos.

Evolução do número de equipamentos instalados, segundo a natureza jurídica
Continente 1998 – 2005



Em média, por cada sete equipamentos da rede solidária corresponde um da rede lucrativa, proporção que aumentou neste último ano.

2.3 – Respostas Sociais

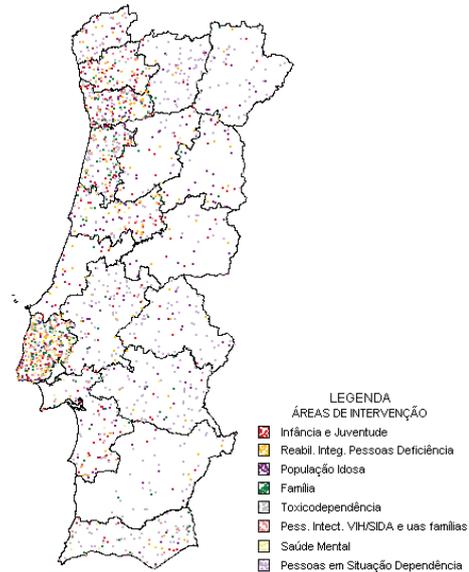
Distribuição espacial das respostas sociais, segundo as áreas de intervenção – situação em 2005

A implantação das respostas sociais não tem uma distribuição uniforme no território continental, acompanhando geralmente a densidade populacional de cada área geográfica.

Tal como o observado para os equipamentos sociais a maior concentração de valências ocorre nas zonas litoral norte e centro, estendendo-se até à península de Setúbal.

As respostas para as áreas da Infância e Juventude e da Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência apresentam uma convergência na área envolvente dos grandes núcleos urbanos, com especial relevo de algumas capitais de distrito, enquanto que as dirigidas à População Idosa, encontram-se disseminadas pelo território.

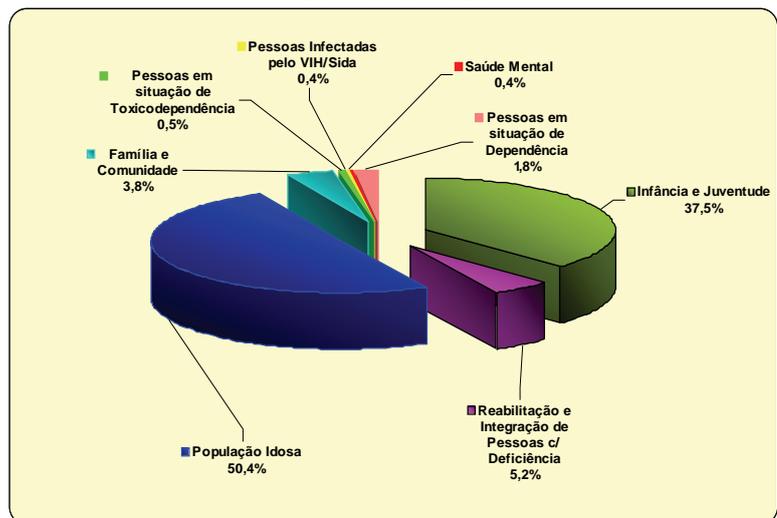
Distribuição espacial das respostas sociais segundo as áreas de intervenção
Ano de 2005



Respostas sociais por áreas de intervenção – situação em 2005

A tendência que se tem verificado ao longo dos anos permanece também no ano de 2005, em que mais de metade das respostas sociais são dirigidas à População Idosa (50,4%) e 37,5% à Infância e Juventude, o que manifesta a preocupação com estas áreas em termos de política social.

Distribuição das respostas sociais segundo as áreas de intervenção
Continente – 2005

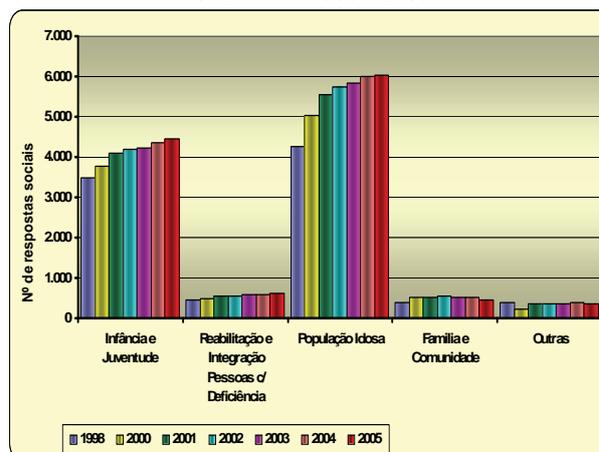


Respostas sociais por áreas de intervenção – evolução 1998 – 2005

O número de respostas sociais tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos em todas as áreas de intervenção. Em 2005, relativamente a 1998, o crescimento traduziu-se em 32,4%, correspondendo a mais 2.900 valências. Assim, em 2005 contabilizaram-se cerca de 11.900 respostas sociais em funcionamento.

Ainda neste período (1998-2005), as áreas de intervenção com maior ritmo de crescimento são as dirigidas à População Idosa (41,4%), seguindo-se a Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência (32,2%), e a Infância e Juventude (27,8%).

Evolução das respostas sociais por áreas de intervenção Continente 1998 – 2005

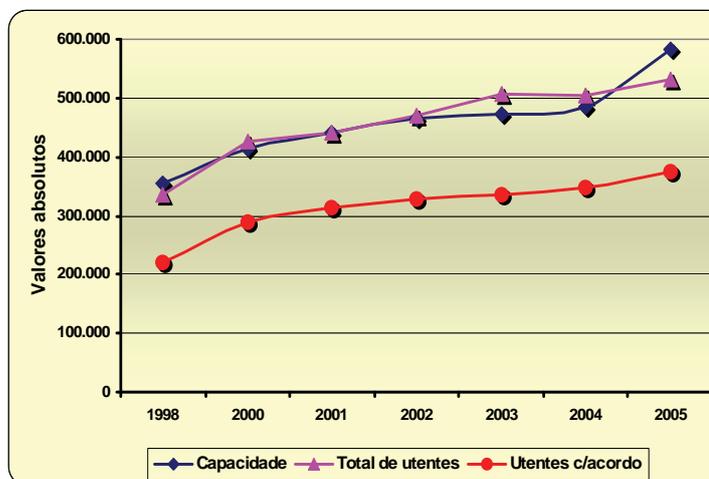


Relação entre a capacidade instalada, número de utentes e utentes com acordo de cooperação, evolução 1998 – 2005

O esforço do investimento na Rede de Serviços e Equipamentos Sociais tem-se reflectido no aumento do número de respostas sociais e também no alargamento da capacidade instalada.

Em 2005, por referência ao ano de 1998, os dados apurados indicam que a capacidade aumentou cerca de 64%, os utentes 58%, e os utentes com acordo apresentam um crescimento de cerca de 70%.

Evolução da capacidade, utentes e utentes com acordo de cooperação Continente 1998 – 2005



Por outro lado, a tendência de sobrelotação da Rede que se observa no período de 2000-2003 tem vindo a atenuar-se nos últimos anos, em particular no ano de 2005.

A grande maioria dos utentes (70%) das respostas sociais, em 2005, está abrangida por um acordo de cooperação.

3 – Respostas sociais por áreas de intervenção

3.1 – Infância e Juventude

Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2005

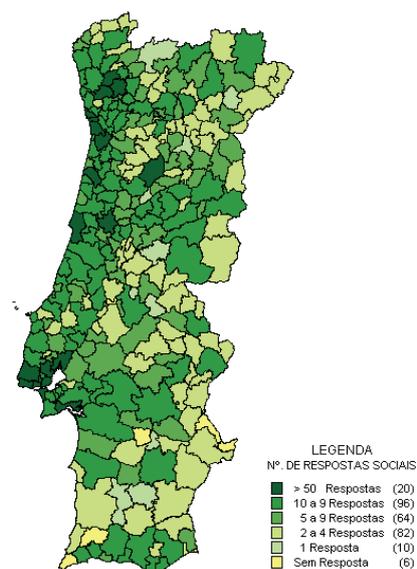
O mapa que se apresenta contempla a distribuição geográfica das respostas sociais para as crianças e jovens, não se encontrando cartografadas as valências de Ama que, dadas as suas características, serão tratadas à parte.

Tal como o observado para o conjunto das respostas sociais, também se verifica, na área da Infância e Juventude, o equilíbrio entre a densidade populacional e a distribuição geográfica das respostas.

As valências para esta população-alvo tendem a implantar-se, tendencialmente nas áreas urbanas, quer em locais próximos da residência, quer do local de trabalho dos pais.

Tal como verificado desde 1998 ainda existem seis concelhos (2,2%) que não apresentam respostas sociais para esta área.

Distribuição espacial das respostas sociais para a área da Infância e Juventude
Ano 2005

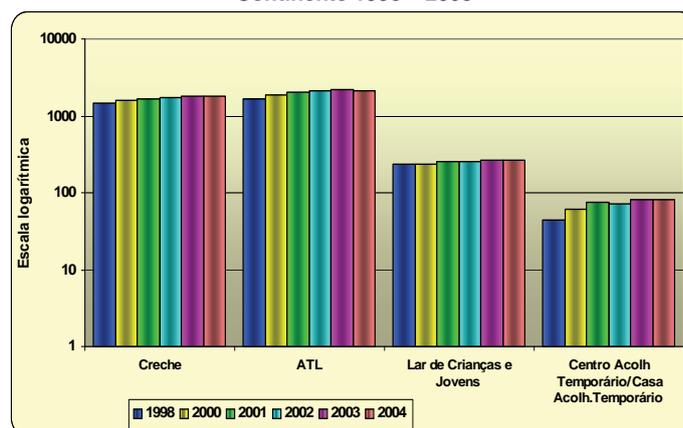


Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998 – 2005

Desde 1998, e tendo em conta o total das respostas para este público-alvo, o número de valências em funcionamento cresceu 29,3 pontos percentuais. No período de 2004-2005 este crescimento foi de cerca de 2%.

Focalizando a análise por resposta social verifica-se que, comparando com o ano de 1998, o número de Creches subiu 30%, aumentando também o número de Centros de Actividades de Tempos Livres (ATL) em 28% e o número de Lares de Crianças e Jovens em 13%.

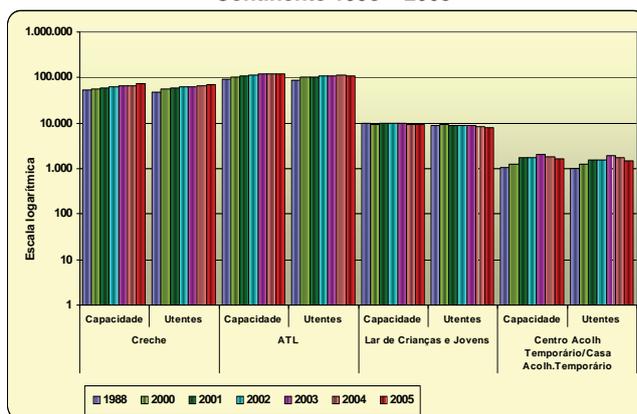
Evolução das respostas sociais para a Infância e Juventude
Continente 1998 – 2005



Os Centros de Acolhimento Temporário apresentam um aumento percentual muito acentuado desde 1998, duplicando mesmo o número de respostas, situação que se prende com a sua implantação recente.

Em relação a 1998 a capacidade instalada na área da Infância e Juventude foi reforçada em 50.300 lugares, tendo abrangido mais 40.400 utentes.

Evolução da capacidade e número de utentes das respostas sociais para a Infância e Juventude Continente 1998 – 2005

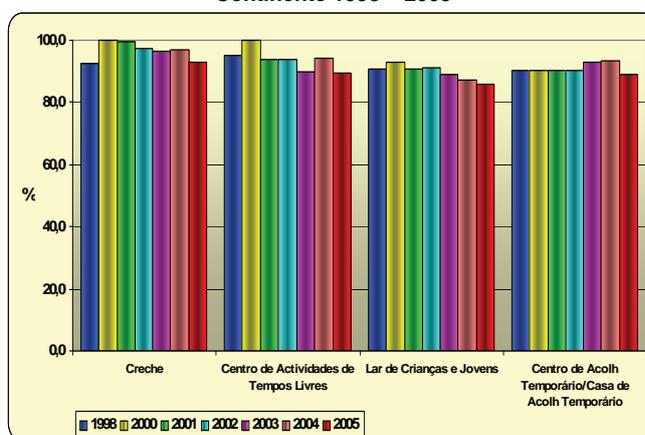


Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998 – 2005

A taxa de utilização das respostas sociais para Crianças e Jovens tem sido sempre superior a 90%, o que aponta para uma grande procura.

Analisando o período (1998-2005), verifica-se uma elevada taxa de utilização destas respostas, apesar de em 2005 se verificar uma diminuição percentual na ocupação, devido a uma maior oferta de lugares.

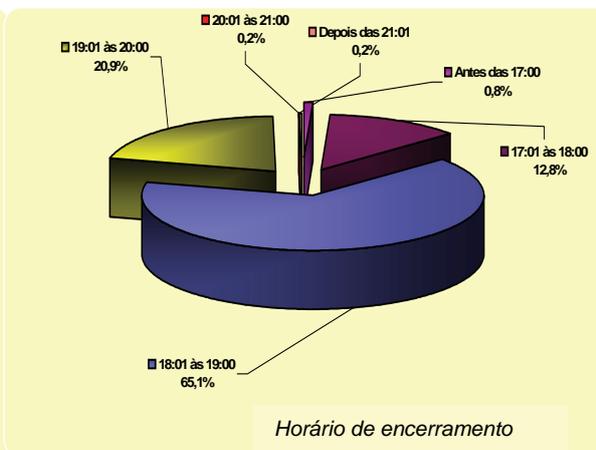
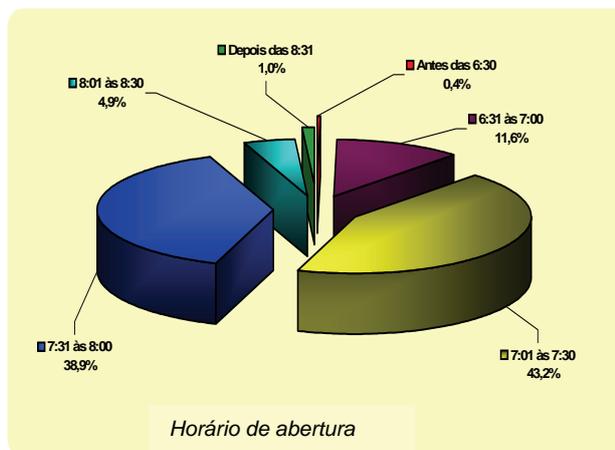
Taxa de utilização das respostas sociais para a Infância e Juventude Continente 1998 – 2005



A maior incidência da taxa de ocupação continua a registar-se na valência de Creche.

Horário de funcionamento das Creches – situação em 2005

Creche – Horário de funcionamento – situação em 2005



Verifica-se que a grande maioria das Creches (82%) abre entre as 07.00h e as 08.00horas, enquanto que 65% encerra entre as 18.00h e as 19.00horas.

Salienta-se que 21,3% destas respostas encerram depois das 19H00, situação que poderá facilitar a conciliação da actividade profissional e da vida familiar.

A resposta social Ama

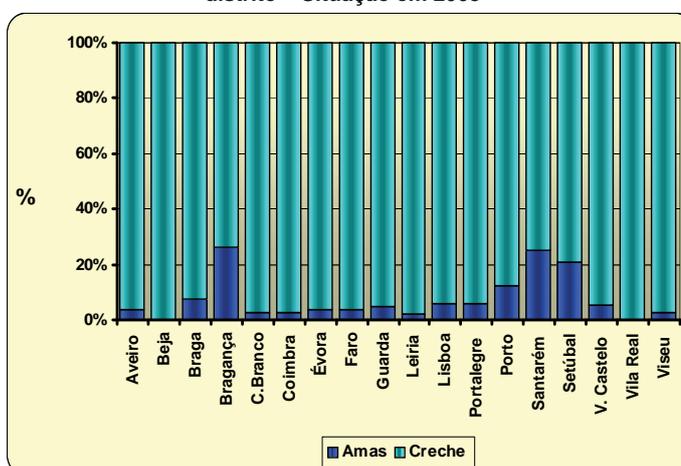
A Ama, enquanto resposta social alternativa à Creche, apresenta-se neste relatório de forma autónoma, devido às suas especificidades.

Em determinadas zonas geográficas, devido aos problemas de sobrelotação verificados nas Creches, esta resposta tem desempenhado um papel complementar fundamental para a cobertura da rede.

As Amas estão geralmente dependentes dos Centros Distritais de Segurança Social, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou de Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Tal como nos anos anteriores, os distritos de Bragança e Santarém continuam a ser os que detêm a maior percentagem de crianças acolhidas em Ama (26% e 25% respectivamente), seguidos de Setúbal (21%) e do Porto (12%). Os distritos de Beja e Vila Real ainda não têm esta resposta implementada.

Peso relativo das respostas sociais para a primeira infância (creches e amas), segundo o número de crianças acolhidas, por distrito – Situação em 2005



Os distritos de Bragança e Santarém continuam a ser os que detêm a maior percentagem de crianças acolhidas em Ama (26% e 25% respectivamente), seguidos de Setúbal (21%) e do Porto (12%). Os distritos de Beja e Vila Real ainda não têm esta resposta implementada.

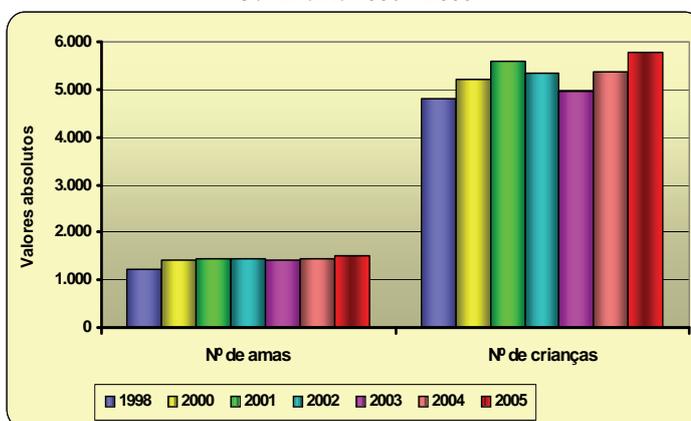
Número de amas e crianças acolhidas, evolução 1998 – 2005

O número de Amas e de crianças acolhidas tem vindo a subir no período de referência.

Em 2005, e em valores médios, cada Ama acolheu 3,8 crianças, valor que tem sofrido pequenas alterações em relação aos anos anteriores.

Das cerca de 5.800 crianças acolhidas em Ama, apenas 49 foram registadas como tendo alguma deficiência, o que representa apenas 0,8% do universo.

Evolução do número de amas e de crianças acolhidas Continente 1998 – 2005



Proporção da oferta de serviços e equipamentos para a Primeira Infância, relativamente à população residente de idade até 3 anos (inclusive)

Conhecendo-se no âmbito das respostas para a Primeira Infância a oferta existente (capacidade instalada), bem como a população do mesmo grupo etário, construíram-se dois mapas desagregados ao nível distrital, visando ajudar a identificar esta relação.

O primeiro mapa retrata o peso da população dos zero aos três anos em relação à população total do distrito.

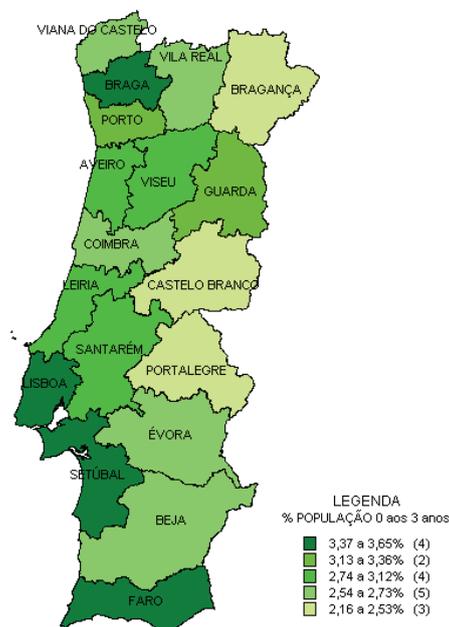
O segundo visa comparar a população dos zero aos três anos com a capacidade instalada por distrito.

Os distritos com menor percentagem de crianças dos 0 aos 3 anos localizam-se exclusivamente nas zonas do interior. Por outro lado, Braga, Porto, Lisboa, Setúbal e Faro são os distritos com maior número de crianças neste grupo etário.

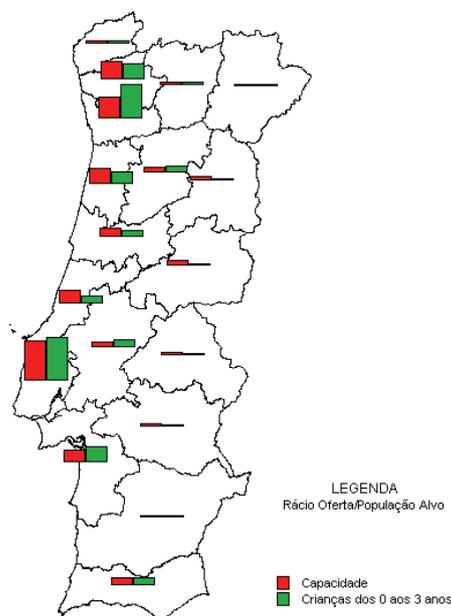
Comparando a oferta (Creche+Amas) e a população-alvo (com menos 3 anos), por distrito, verifica-se que, de uma maneira geral a relação é favorável à oferta, situação que poderá indicar uma razoável cobertura destas respostas sociais.

Contudo, nos distritos de Lisboa, Porto, Santarém, Setúbal e Viseu observa-se um fenómeno inverso, existindo problemas de sobrelotação.

Relação entre a população dos 0 aos 3 anos e a população total, por distrito
Ano 2005



Distribuição percentual da oferta (Creches e Amas) e da população alvo (<= 3 anos), por distrito
Ano de 2005



Fonte: INE, Censos 2001, projecção da população para 2004

3.2 – Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência

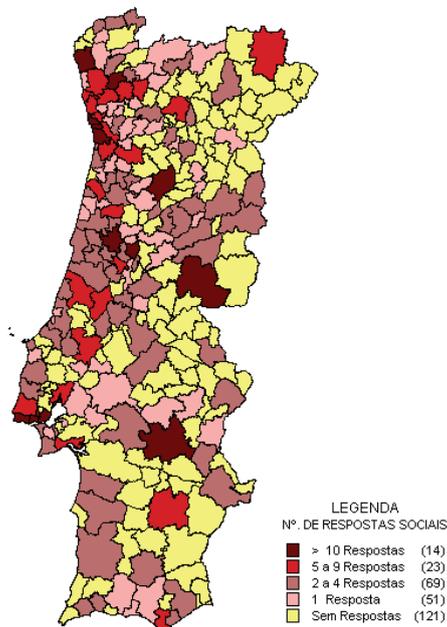
Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2005

Na sequência do observado em anos anteriores, não se registam alterações significativas na área dos serviços e equipamentos destinados a pessoas com deficiência. Assim, cerca de metade dos concelhos (47,8%), não dispõem de respostas sociais para esta área de intervenção.

Salienta-se que, dos concelhos onde funcionam respostas para este grupo-alvo, cerca de 31% apresentam apenas 1 valência e 46% dispõem de 2 a 4 respostas sociais.

Porto, Coimbra e Lisboa, são os concelhos que apresentam melhores resultados em termos de cobertura.

Distribuição espacial das respostas sociais para a área da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, por concelho
Ano de 2005

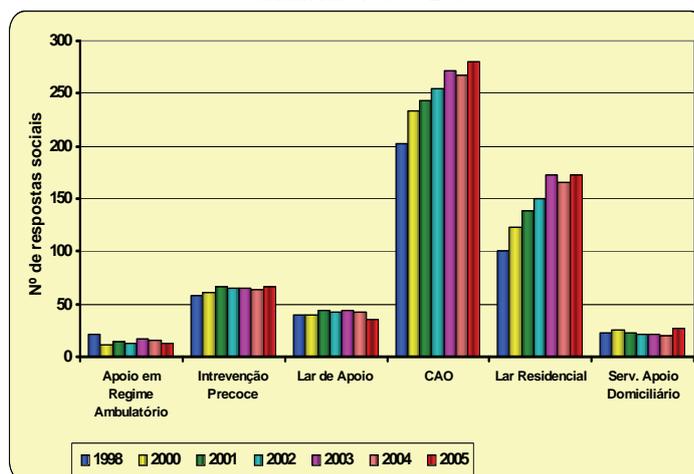


Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998 – 2005

Por comparação a 1998, foram implementadas mais 154 respostas o que originou uma taxa de crescimento de 34,5%.

A resposta social que apresenta uma maior taxa de crescimento é o Lar Residencial com 73% em 2005 por comparação a 1998, seguido pelo Centro de Actividades Ocupacionais e pela Intervenção Precoce, respectivamente 37,9% e 15,5%.

Evolução das respostas sociais para a área da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência
Contínente 1998 – 2005



A capacidade instalada e o número de utentes têm vindo a aumentar progressivamente no período de referência.

Assim, a capacidade foi reforçada em mais de 6.200 lugares (33%) e o número de utilizadores subiu 40%, representando mais 6.000 utentes do que em 1998.

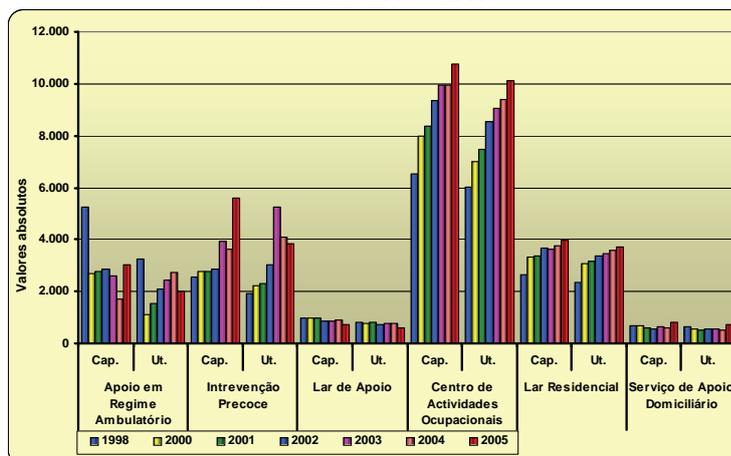
Taxa de utilização das respostas

sociais, evolução 1998 – 2005

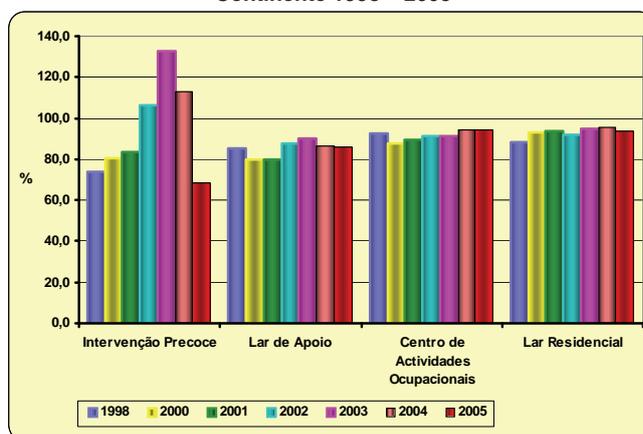
Em 2005, a taxa média de utilização, calculada para o conjunto das 4 principais respostas sociais para pessoas com deficiência situa-se em 85,7%.

As respostas sociais com maior taxa de ocupação são o Centro de Actividades Ocupacionais e o Lar Residencial, ambos com 94%, valor idêntico ao apresentado em anos anteriores.

Evolução da capacidade e do nº de utentes das respostas sociais para a área da Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência Continente 1998 – 2005



Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a área da Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência Continente 1998 – 2005

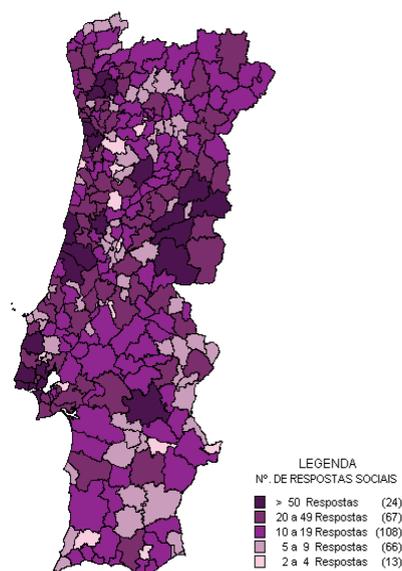


3.3 – População Idosa

Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2005

Embora todos os concelhos estejam abrangidos por respostas sociais para a População Idosa, verifica-se que as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e os concelhos com maior índice de envelhecimento, são os que apresentam maior número de valências.

Distribuição espacial das respostas sociais para a área da População Idosa, por concelho Ano de 2005



Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998 – 2005

Por referência a 1998, existem mais 1.780 valências para este público-alvo, o que representa uma taxa de crescimento de 41,8%.

O Serviço de Apoio Domiciliário tem sido desde 1998 a valência com maior crescimento (68%). No que concerne às outras respostas observa-se também um cenário positivo.

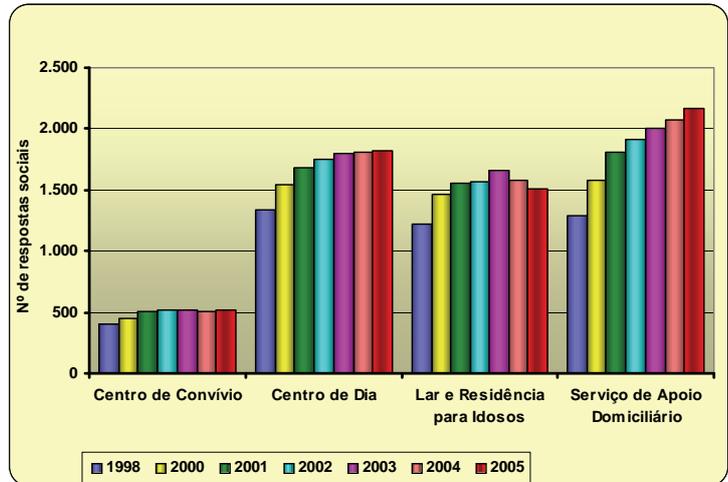
Como consequência da implantação de novas respostas regista-se também um claro aumento da capacidade instalada e do número de utentes.

Particularizando a análise por resposta, o Serviço de Apoio Domiciliário é a valência com maior taxa de crescimento, o que vem ao encontro do novo paradigma em acção social que privilegia o retardar da institucionalização do idoso. Assim, em relação a 1998, verifica-se que a capacidade e o número de utentes aumentaram em valores absolutos cerca de, respectivamente, 35.500 (94%) e 32.600 (99%).

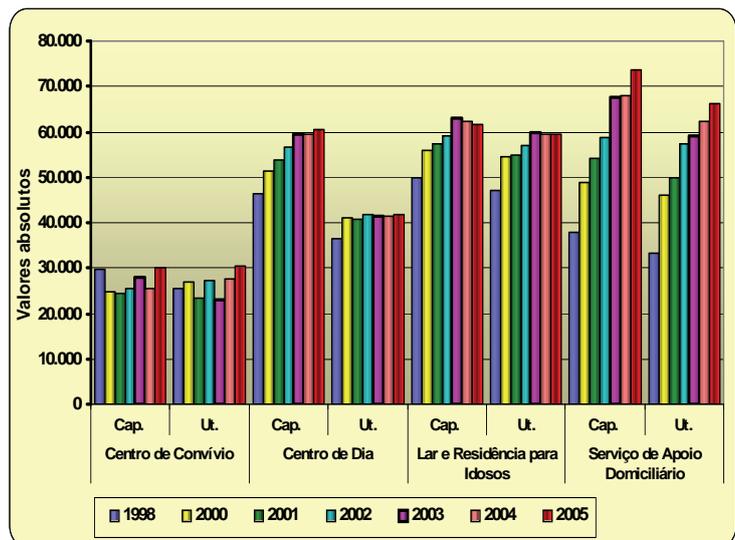
Taxa de utilização das respostas sociais – situação em 2005

A taxa média de utilização (1998 - 2005) é de 85,4%, percentagem ligeiramente mais baixa do que no ano anterior, devido à ampliação da capacidade, nomeadamente no Serviço de Apoio Domiciliário.

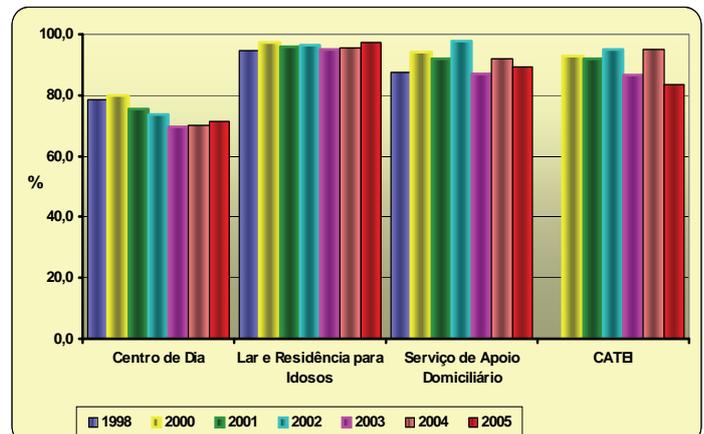
Evolução das respostas sociais para a População Idosa Continente 1998 – 2005



Evolução da capacidade e do nº de utentes das respostas sociais para a População Idosa Continente 1998 – 2005



Evolução da taxa de utilização das respostas sociais Continente 1998 – 2005



Contudo, no ano de 2005 os valores mais elevados continuam a incidir no Lar e Residência para Idosos que apresentam uma taxa de utilização de 97,2%.

Proporção da oferta de serviços e equipamentos para a população idosa, relativamente à população idosa residente (> =65 anos)

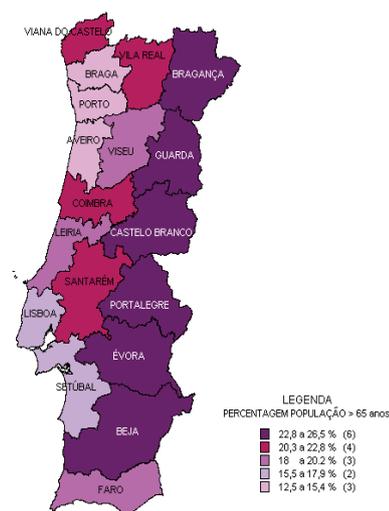
Os distritos de Portalegre (26,1%), Castelo Branco (25,5%) e Guarda (25,2%) são os que apresentam as percentagens mais elevadas de envelhecimento.

Por oposição, os distritos de Braga (12,5%), Porto (13,3%), Aveiro (15,3%), Setúbal (15,6%) e Lisboa (16,9%), são os menos envelhecidos detendo valores inferiores à média do Continente (17,2%).

O mapa que relaciona a oferta com a população-alvo coloca em evidência a adequação entre o envelhecimento da população e a oferta de respostas sociais para idosos.

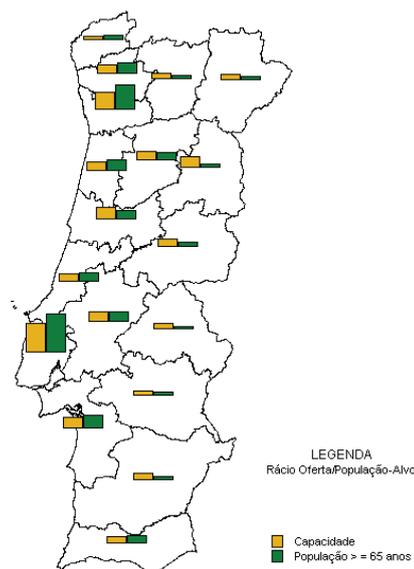
Por outro lado, uma menor cobertura relativa encontra-se nos distritos de Braga, Porto, Aveiro, Lisboa, Setúbal ou Faro, considerados os menos envelhecidos.

Relação entre a população idosa (> = 65 anos) e a população total, por distrito Ano 2005



Fonte: INE, Censos 2001, projecção da população para 2004

Distribuição percentual da oferta e da população-alvo (> = 65 anos), por distrito Ano 2005



Fonte: INE, Censos 2001, projecção da população para 2004

3.4 – Família e Comunidade

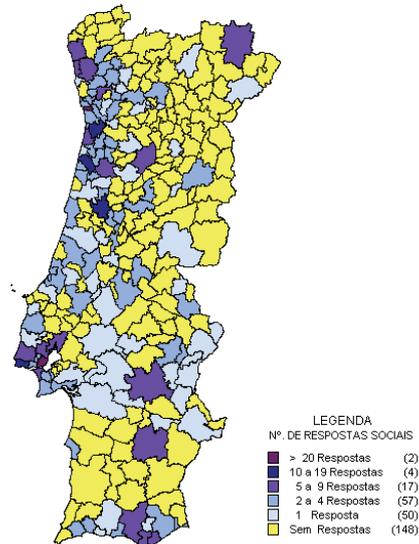
Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2005

Da análise do mapa pode observar-se que a representação das respostas sociais para esta área se mantém idêntica ao ano anterior, isto é, 54% dos concelhos do Continente continuam a não apresentar qualquer resposta social dirigida à Família e Comunidade.

Cerca de metade dos concelhos (43%) que apresentam respostas para a Família e Comunidade têm apenas 1 valência em funcionamento e cerca de 36% de 2 a 4 valências, o que revela bem a sua fraca implantação.

Por outro lado, verifica-se também uma maior concentração de respostas no litoral e no sul do país, assim como nos concelhos sede de distrito, em particular Beja, Bragança, Évora e Viseu.

Distribuição espacial das respostas sociais para a área da Família e Comunidade, por concelho Ano de 2005



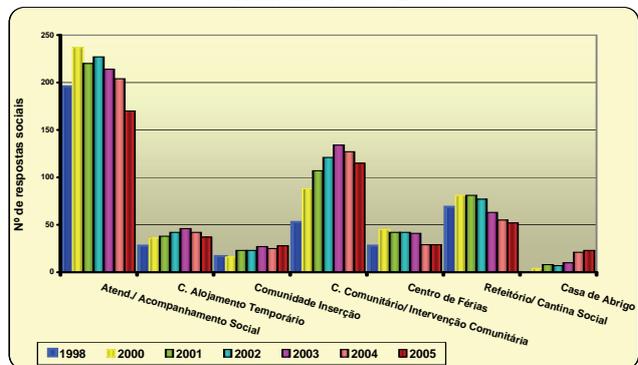
Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998 – 2005

Pela análise do gráfico, verifica-se em 2005 um decréscimo de cerca de 9% no conjunto das respostas sociais por referência ao ano anterior, principalmente ao nível do Atendimento e Acompanhamento Social, do Centro Comunitário/ Intervenção Comunitária e do Refeitório/Cantina Social.

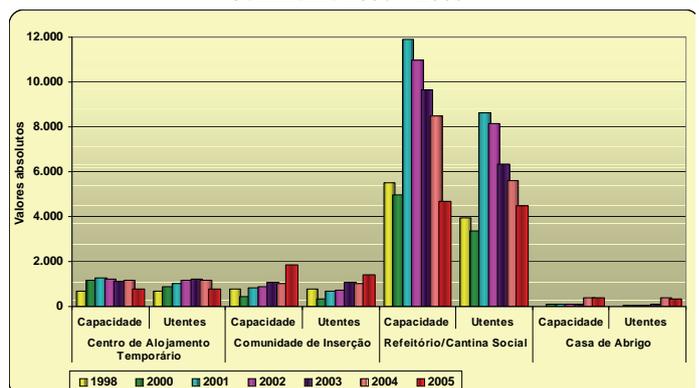
A Comunidade de Inserção e a Casa de Abrigo são as valências que apresentam maior percentagem de crescimento.

De uma maneira geral, nas respostas sociais para este público-alvo, a capacidade instalada e o número de utilizadores aumentou de 1998 a 2005, com exceção do Refeitório/Cantina Social.

Evolução das respostas sociais para a área da Família e Comunidade Continente 1998 – 2005



Evolução da capacidade e nº de utentes nas respostas para a área da Família e Comunidade Continente 1998 – 2005

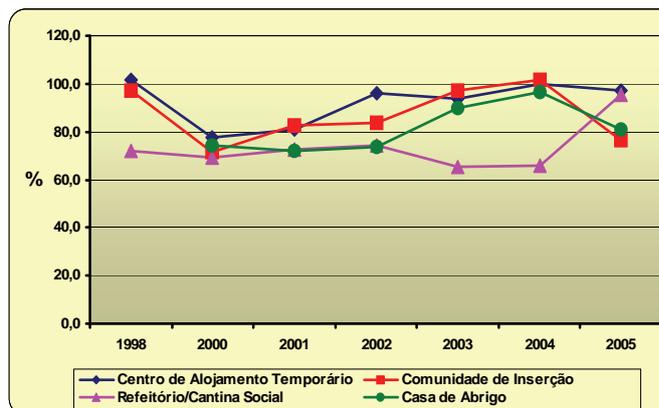


Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998 – 2005

A taxa média de utilização para as valências em análise é de 87,5%, o que significa uma diminuição de cerca de quatro pontos percentuais em relação ao ano anterior.

A Comunidade de Inserção e a Casa de Abrigo são as respostas sociais com menor taxa de ocupação (respectivamente 76% e 81%) devido ao aumento da capacidade que se verificou neste último ano.

Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a área da Família e Comunidade Continente 1998 – 2005

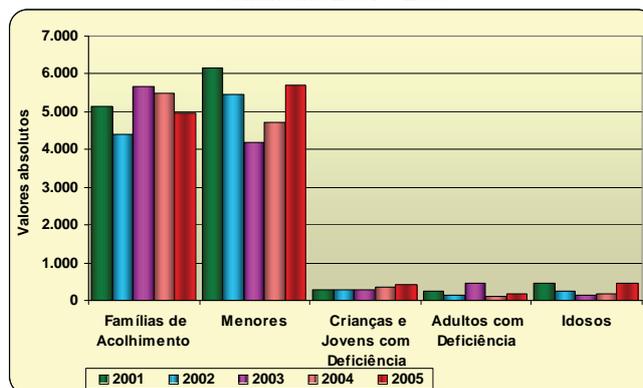


A resposta social Acolhimento Familiar

O facto de, em 2005, se ter observado um decréscimo de 9,8% no número de Famílias de Acolhimento, esta situação não se traduziu nas pessoas acolhidas.

Os menores são os que apresentam a maior taxa de colocação nestas famílias (84,6%), sendo apenas 6,1% a percentagem dos que têm algum tipo de deficiência.

Evolução das famílias de acolhimento por grupo alvo Continente 2001 – 2005

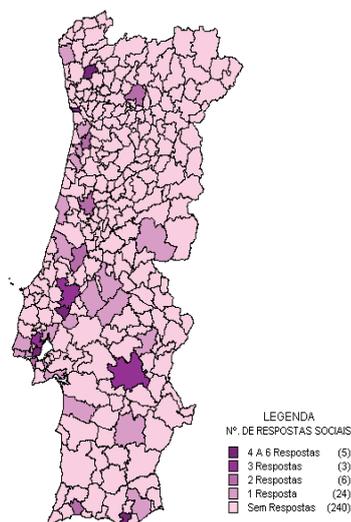


3.5 – Toxicodependência

Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2005

Contrariamente ao verificado em outras áreas de intervenção apenas 13,7% dos concelhos detêm respostas sociais para a toxicodependência.

Distribuição espacial das respostas sociais para a área da Toxicodependência, por concelho Ano de 2005



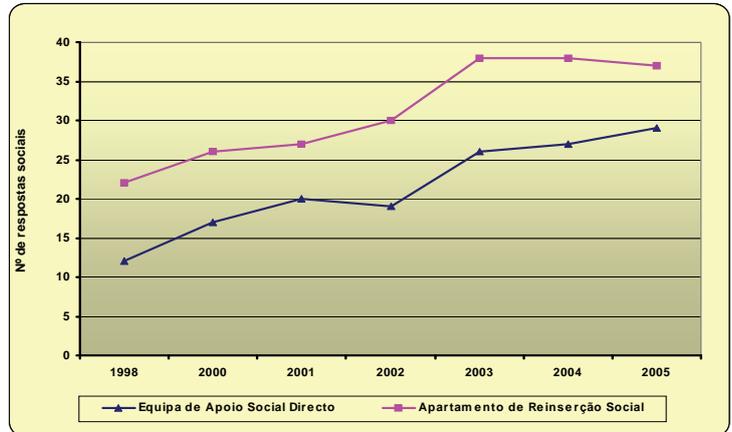
Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998 – 2005

Independentemente das respostas sociais estarem delimitadas a um número restrito de concelhos a sua implantação tem crescido de forma significativa no período de referência.

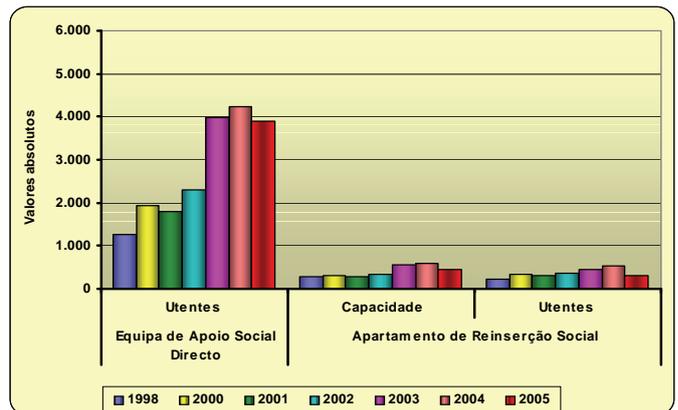
Não se apresentam valores para a capacidade no âmbito da valência Equipas de Intervenção Directa, pois devido às suas características de resposta “aberta”, o atendimento depende, essencialmente, da procura e da possibilidade de atendimento das próprias equipas ligadas a este tipo de intervenção.

O número de utentes atendidos triplicou no período de referência (1998-2005), com especial incidência nos anos 2003/2004. No entanto em 2005, regista-se um ligeiro decréscimo dos valores da capacidade e do número de utentes, particularmente no Apartamento de Reinserção Social, como consequência do número inferior destas respostas sociais.

Evolução das respostas sociais para a área da Toxicodependência Continente 1998 – 2005



Evolução da capacidade e nº de utentes das respostas sociais na área da Toxicodependência Continente 1998 – 2005

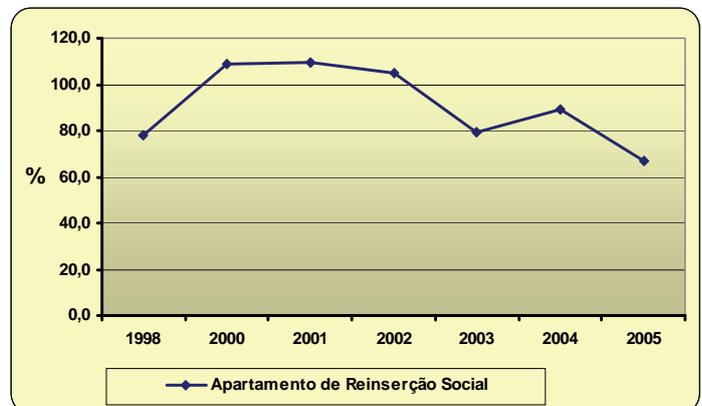


Taxa de Utilização das respostas sociais, evolução 1998 – 2005

Ao nível do Continente, desde o ano de 2000 até 2002, a taxa de ocupação dos Apartamentos de Reinserção Social foi sempre superior a 100%, o que demonstra a grande procura desta resposta.

A taxa de utilização dos Apartamentos de Reinserção tem vindo a diminuir no período de referência, principalmente a partir de 2001, o que demonstra uma maior inclusão deste público-alvo.

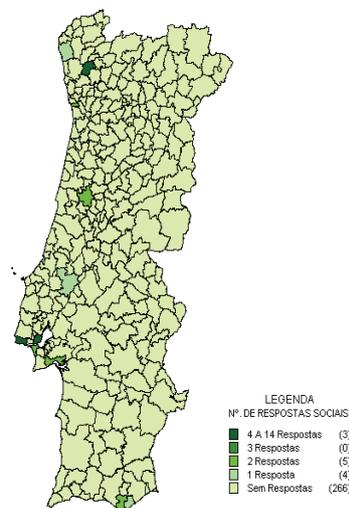
Evolução da taxa de utilização dos Apartamentos de Reinserção Social Continente 1998 – 2005



3.6 – Pessoas Infectadas pelo VIH/Sida e suas Famílias Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2005

Tal como o observado na área da toxicodependência o número de concelhos em que funciona respostas sociais para as Pessoas Infectadas pelo VIH/Sida e suas famílias é manifestamente baixo (5%).

Distribuição espacial das respostas sociais para a área das Pessoas Infectadas pelo VIH/Sida e suas Famílias
Ano de 2005

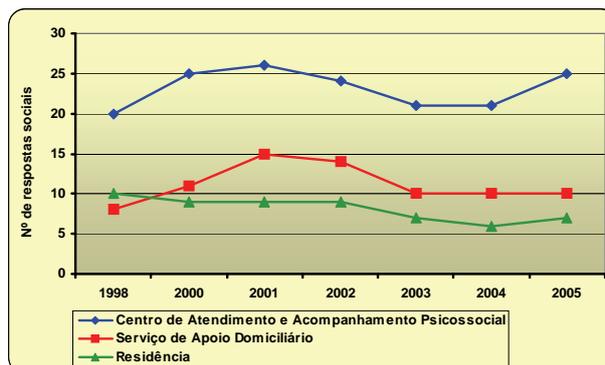


Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998 – 2005

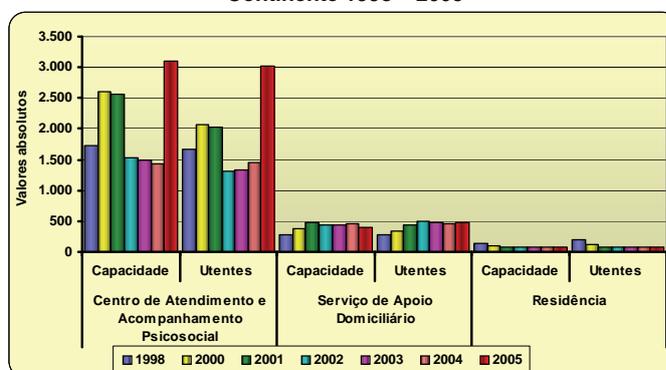
Até ao ano de 2001 denota-se uma evolução no número de valências para esta área. No entanto, a partir desta data, assiste-se a uma inversão da tendência registada com recuperação apenas em 2005.

Também ao nível da capacidade e do número de utentes observa-se fenómeno análogo. A Residência tem sido a valência onde esta evolução tem sido mais acentuada durante o período analisado, tanto ao nível da capacidade instalada, como ao nível do número de utentes.

Evolução das respostas sociais na área das Pessoas Infectadas pelo VIH/Sida e suas Famílias
Continente 1998 – 2005



Evolução da capacidade e do número de utentes das respostas sociais na a área das Pessoas Infectadas pelo VIH/Sida e suas Famílias
Continente 1998 – 2005

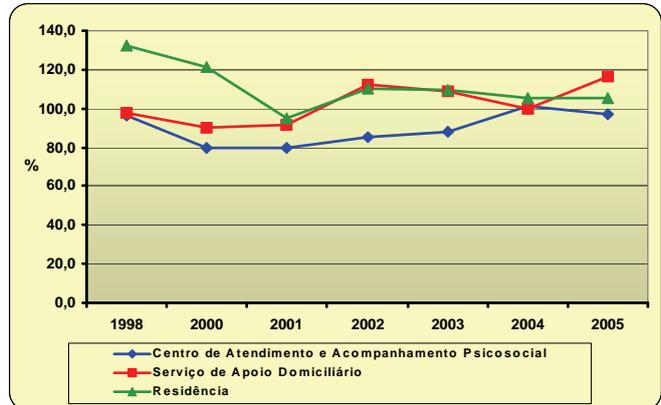


Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998 – 2005

O facto de existirem poucas respostas sociais pode explicar as elevadas taxas de utilização destas valências.

Em 2005, continuam os problemas de sobrelotação, principalmente com as valências Serviço de Apoio Domiciliário e Residência.

Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas infectadas pelo VIH/Sida e suas Famílias Continente 1998 – 2005



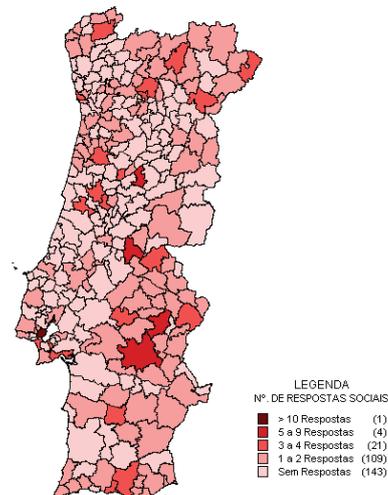
3.7 – Outras áreas de intervenção

Neste âmbito serão analisadas as respostas sociais dirigidas às Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico e a prestação de cuidados em Situação de Dependência.

Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2005

Cerca de metade dos concelhos de Portugal Continental continuam a não dispor de quaisquer respostas sociais para as áreas da Saúde Mental e das Pessoas em Situação de Dependência.

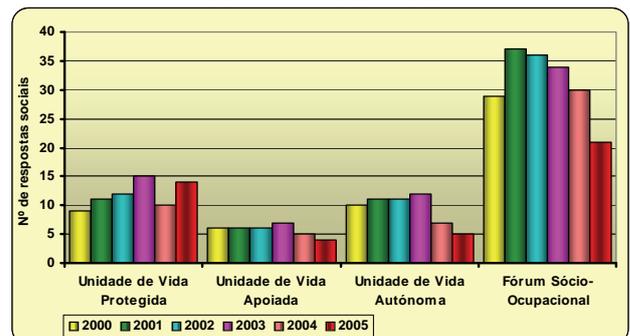
Distribuição espacial das respostas sociais para as Outras Áreas de Intervenção (Saúde Mental e Pessoas em Situação de Dependência) Ano de 2005



Saúde Mental – Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 2000 – 2005

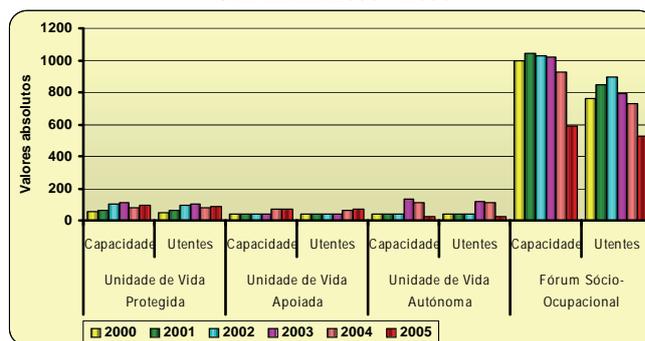
Em relação a 2000, em 2005 regista-se apenas um crescimento nas Unidades de Vida Protegida.

Evolução das respostas sociais para a área da Saúde Mental Continente 2000 – 2005



Na sequência da evolução do número de respostas sociais também a capacidade e o número de utentes apresentam idêntico desenvolvimento.

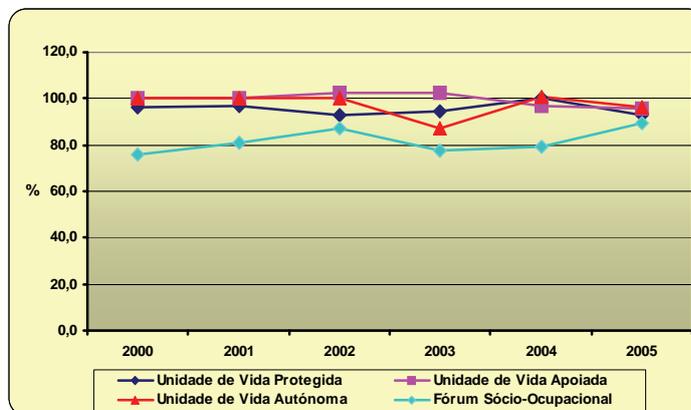
Evolução da capacidade e do número de utentes nas respostas sociais para a área da Saúde Mental Continente 2000 – 2005



Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 2000 – 2005

No ano de 2005, a taxa de utilização das respostas sociais na área da Saúde Mental situa-se em 96%, depois de em anos anteriores a Unidade de Vida Apoiada, a Unidade de Vida Protegida e a Unidade de Autónoma terem registado um número de utentes superior à capacidade instalada.

Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para a área da Saúde Mental Continente 2000 – 2005



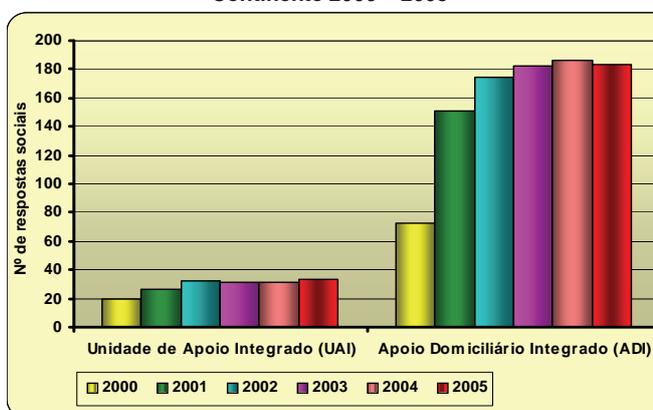
No que respeita Fórum Sócio-Ocupacional o número de utentes tem

sido sempre inferior à capacidade da resposta, situando-se a taxa de utilização em 2005, em 89,3%.

Pessoas em Situação de Dependência – Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 2000 – 2005

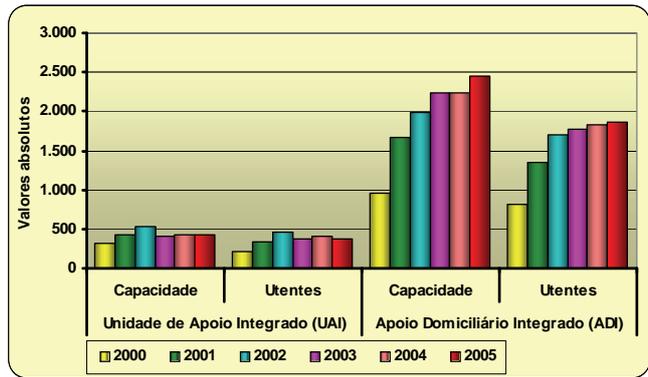
As respostas sociais nesta área têm apresentado um crescimento contínuo, com particular incidência no Apoio Domiciliário Integrado, apesar de no ano em análise se observar um ligeiro decréscimo (1,6%) em relação ao ano anterior.

Evolução das respostas sociais para a área das Pessoas em Situação de Dependência Continente 2000 – 2005



No que respeita ao Apoio Domiciliário Integrado em 2005, por referência ao ano 2000, a capacidade e o número de utentes registaram um crescimento (158% e 131% respectivamente).

Evolução da capacidade e do número de utentes nas respostas sociais para a área das Pessoas em Situação de Dependência Continente 2000 – 2005

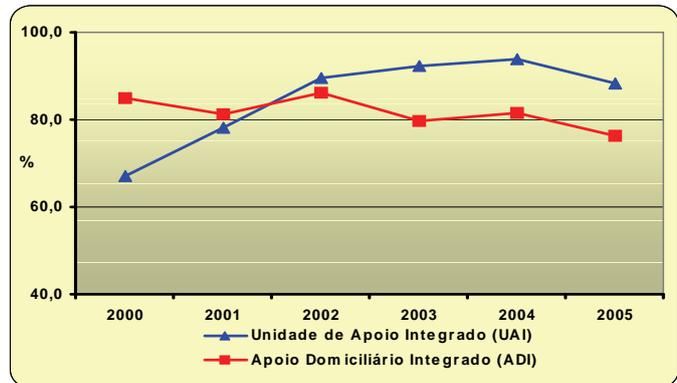


Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 2000 – 2005

A taxa de utilização, para estas respostas sociais tem sido irregular ao longo do período em análise.

Em 2005 verifica-se um decréscimo nas duas respostas sociais, principalmente no Apoio Domiciliário Integrado que atinge valores inferiores aos do ano da sua implantação em 2000.

Evolução das taxas de utilização nas respostas sociais para a área das Pessoas em Situação de Dependência Continente 2000 – 2005



4 - Despesas de investimento e de funcionamento em serviços e equipamentos sociais:

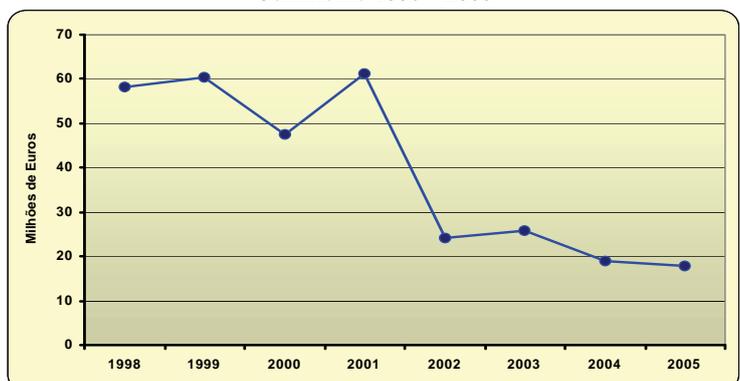
O esforço público

4.1 - Investimentos

Total dos Investimentos, evolução 1998 – 2005

O investimento em serviços e equipamentos sociais, no período de 1998-2005, atingiu 313,8 milhões de euros (valores nominais), sendo notório o decréscimo do investimento nos últimos anos, tendência que se inverterá com a nova política desencadeada pelo actual Governo em matéria de investimento, tendo em vista o aumento da capacidade instalada.

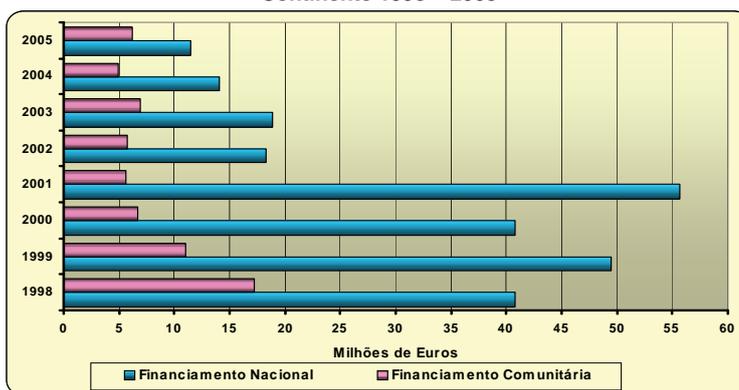
Evolução do total do investimento em serviços e equipamentos sociais (Valores nominais) Continente 1998 – 2005



Fonte: DGEEP, Relatórios de Execução Anual do PIDDAC

Numa análise desagregada do investimento verifica-se que a componente nacional representa 80% do total da despesa. Entretanto, conforme o estipulado na Lei de Enquadramento Orçamental e no Decreto-Lei nº 131/2003 de 18 de Agosto, o investimento deve ser reorientado para os projectos com maior impacto e com financiamento externo (QCA III, na componente de desenvolvimento social do POEFDS e PORLVT).

Evolução total do investimento em serviços e equipamentos sociais, por fontes de financiamento (valores nominais) Continente 1998 – 2005



Fonte: DGEEP, Relatórios de Execução Anual do PIDDAC

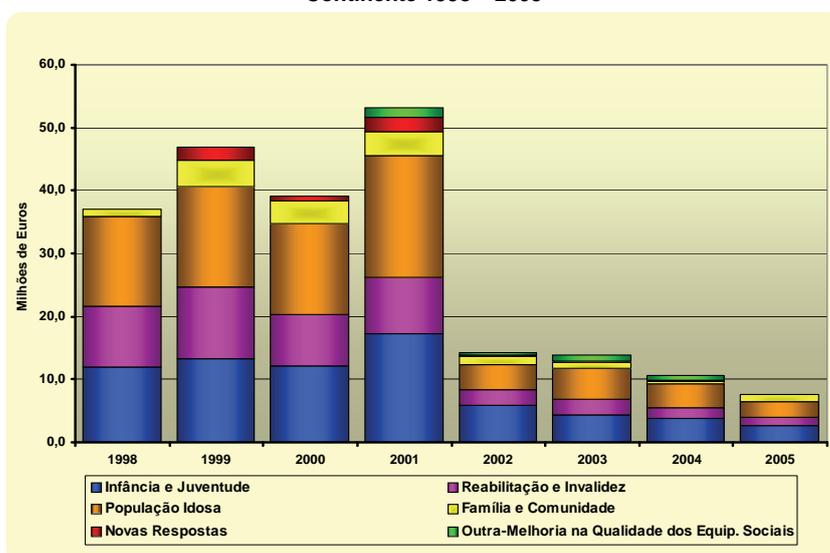
Em 2005 o investimento no Programa de Serviços e Equipamentos Sociais representou 29% do orçamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social para investimento.

Comparando com os anos anteriores, e como se pode verificar pela leitura do gráfico, as verbas executadas nos investimentos inscritos em PIDDAC do ano de 2005 continuam a apresentar uma redução financeira. No entanto, é de referir que no mesmo ano já alguns equipamentos sociais inscritos em PIDDAC foram financiados por receitas dos jogos sociais assegurando desta forma a continuação do investimento, pelo que as verbas executadas são superiores às representadas graficamente.

Investimentos por áreas de intervenção, evolução 1998 – 2005

Os programas operacionais desenvolvidos através dos QCA II e QCA III apresentam uma estrutura diferente da utilizada no PIDDAC não co-financiado, pelo que não é possível analisar aquele investimento por áreas de intervenção até ao ano de 2002, sendo a sua representação efectuada em gráfico autónomo.

Financiamento para investimento – evolução do investimento por áreas de intervenção – Projectos não co-financiados Continente 1998 – 2005



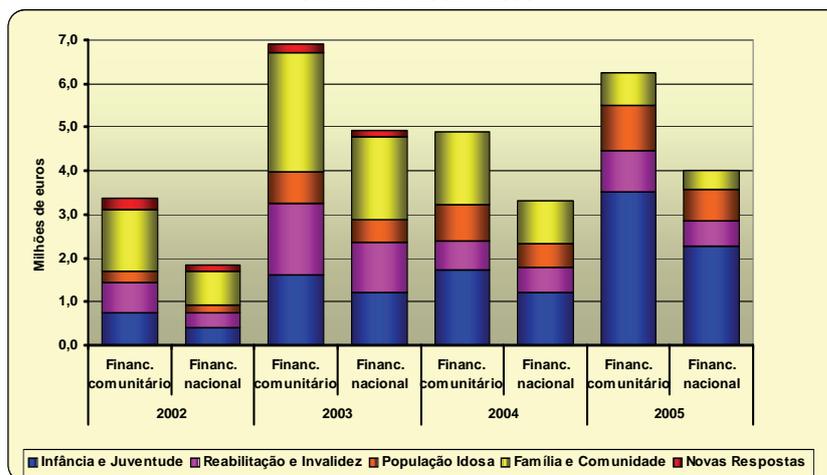
Fonte: DGEEP, Relatórios de Execução Anual do PIDDAC

O PIDDAC não co-financiado regista um crescimento do investimento de 1998 para 2001, verificando-se a partir deste ano um decréscimo acentuado dos valores, devido à necessidade de redução do défice orçamental.

Tal como nos anos anteriores, em 2005, as áreas da Infância e Juventude e da População Idosa continuam a ser as que obtêm a maior percentagem de investimento, respectivamente 35,2% e 33,3%.

Relativamente ao programa de Promoção do Desenvolvimento Social (POEFDS e PORLVT), verifica-se que em 2005 a verba executada é superior ao ano anterior, constatando-se que os maiores investimentos foram também realizados nas áreas da Infância e Juventude (56,4%) e da População Idosa (17,2%).

Financiamento para investimento – Promoção do Desenvolvimento Social – QCA Continente 2002 – 2005



Fonte: DGEEP, Relatórios de Execução Anual do PIDDAC

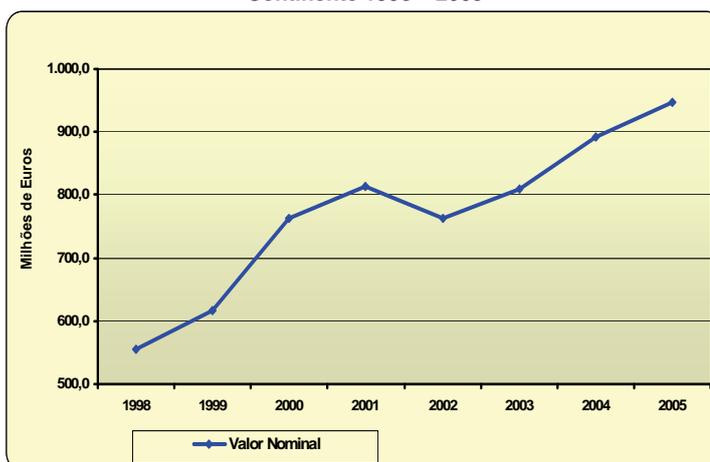
4.2 – Despesas de funcionamento

Despesa de funcionamento, evolução 1998 – 2005

O custo do funcionamento da Rede de Serviços e Equipamentos é suportado fundamentalmente pelos acordos de cooperação, pela mensalidade/comparticipação paga pelo utente ou seu familiar e pelas receitas próprias das instituições.

De acordo com o gráfico presente constata-se um crescimento acentuado da despesa com os acordos de cooperação, o que reflecte por um lado, a actualização constante dos valores de participação da Segurança Social e por outro lado, o aumento do número de utentes.

Evolução da despesa com os acordos de cooperação Continente 1998 – 2005

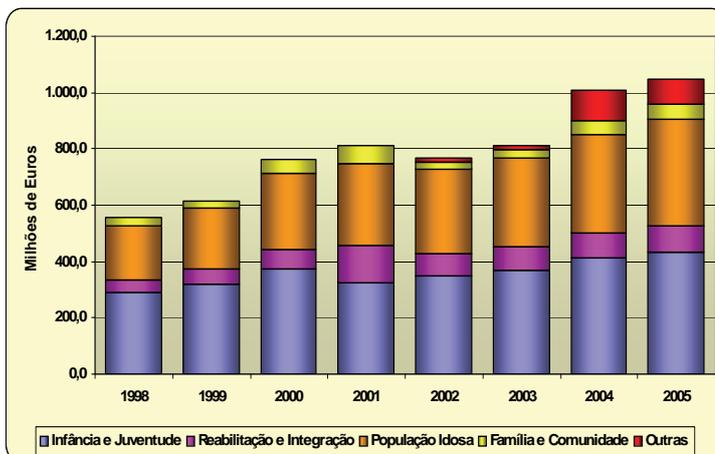


Fonte: IGFSS, Despesas com Acção Social

Despesas de funcionamento por áreas de intervenção, evolução 1998 – 2005

A Infância e Juventude e a População Idosa são as áreas com maiores encargos financeiros ao longo destes anos, representando em 2005, respectivamente 41,4% e 36% da despesa total.

Evolução da despesa de funcionamento por áreas de intervenção Continente 1998 – 2005

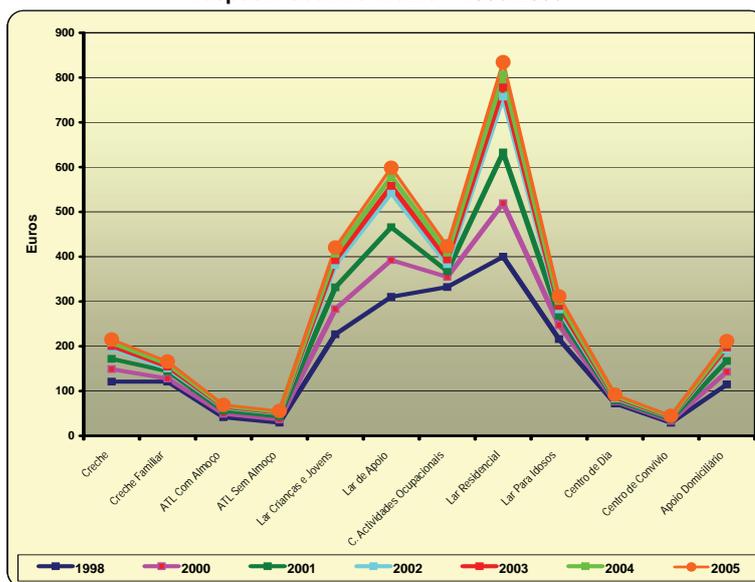


Fonte: IGFSS, Despesas com Acção Social

Comparticipação da Segurança Social através dos acordos de cooperação, evolução 1998 – 2005

No que respeita à comparticipação da Segurança Social por utente e valência através dos acordos de cooperação, o Lar Residencial e o Lar de Apoio são as respostas sociais com a comparticipação mais elevada e simultaneamente com a maior taxa de actualização dos seus valores.

Evolução da comparticipação da Segurança Social às instituições por resposta social e utente – 1998-2005



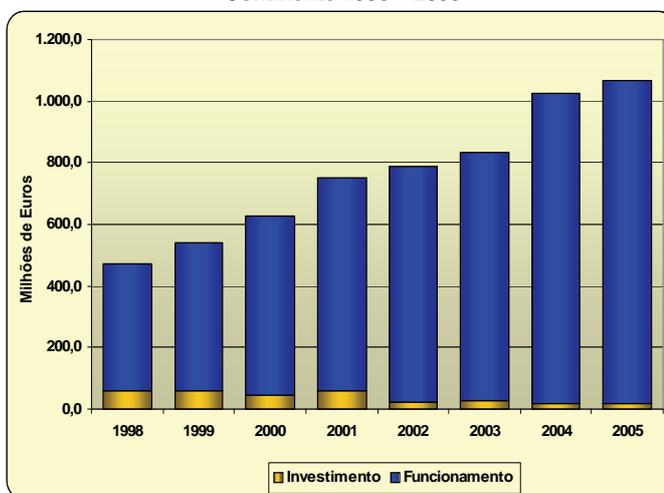
Fonte: Protocolos de Cooperação

4.3 – Despesas com investimento e funcionamento da Rede de Serviços e Equipamentos

Relativamente às despesas da Rede de Serviços e Equipamentos, nas componentes de investimento e de funcionamento, verifica-se um aumento ao longo do período de referência, registando-se de 1998 a 2005 um crescimento de 126% (valor nominal).

É ainda de referir que as despesas de funcionamento para além de apresentarem maior peso percentual no conjunto das despesas, registam uma tendência de crescimento, ao passo que as despesas de investimento têm vindo a revelar um decréscimo progressivo.

Evolução do financiamento para investimento e funcionamento em serviços e equipamentos sociais Continente 1998 – 2005



Fontes: DGEEP, Relatórios de Execução Anual do PIDDAC
IGFSS, Conta da Segurança Social

ANEXOS

NOMENCLATURAS E CONCEITOS

Nomenclaturas e Conceitos

(Despacho de Aprovação do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, exarado em 06.11.2000)

Serviços e Equipamentos para Crianças e Jovens *Primeira e Segunda Infância*

Ama

Pessoa que por conta própria e mediante retribuição, cuida de uma ou mais crianças que não sejam suas, parentes ou afins na linha recta ou no 2º grau da linha colateral por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

(Decreto-Lei n.º 158/84, de 17 de Maio).

Creche Familiar

É um conjunto de amas, não inferior a 12 nem superior a 20, que residem na mesma zona geográfica e que estejam enquadradas, técnica e financeiramente, pelos centros regionais de segurança social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou instituições particulares de solidariedade social com actividades no âmbito das 1ª e 2ª infâncias.

(Decreto-Lei n.º 158/84, de 17 de Maio).

Creche

Resposta social de âmbito sócio-educativo que se destina a crianças até aos 3 anos de idade, após o período de licença dos pais, prevista na lei de protecção da maternidade/paternidade, durante o período diário correspondente ao trabalho dos pais, proporcionando às crianças condições adequadas ao desenvolvimento harmonioso e global e cooperando com as famílias em todo o seu processo educativo.

Estabelecimento de Educação Pré-Escolar

É um serviço vocacionado para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe actividades educativas e actividades de apoio à família.

(Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro - Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar).

Actividades de Tempos Livres

Centro de Actividades de Tempos Livres

Resposta que se destina a proporcionar actividades do âmbito da animação sócio-cultural a crianças, tendencialmente, a partir dos 6 anos e a jovens, nos períodos disponíveis das responsabilidades, escolares, de trabalho e outras.

Os centros de actividades de tempos livres podem revestir várias formas, de acordo com o modelo de intervenção, nomeadamente: para acompanhamento/inserção (animação de rua, actividades de porta aberta); para prática de actividades especializadas (desporto, bibliotecas, ludotecas, ateliers de expressão, cine-clubes, clubes de fotografia); para multiactividades (onde se enquadram os clássicos centros de ATL).

Crianças e Jovens em Situação de Risco

Lar de Crianças e Jovens

Resposta social que tem por finalidade o acolhimento de crianças / jovens, no sentido de lhes proporcionar estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às das famílias, com vista ao seu desenvolvimento global, criando condições para a definição do projecto de vida de cada criança / jovem.

Centro de Acolhimento Temporário - CAT²

Resposta social que tem por finalidade o acolhimento urgente e transitório de crianças e jovens em situação de risco, decorrente de abandono, maus tratos, negligência ou outros factores, criando condições para a definição do projecto de vida da cada criança / jovem, com vista ao seu adequado encaminhamento.

Unidade de Emergência

Resposta social integrada em estruturas de CAT e de Lar, constituída por vagas permanentemente disponíveis nestes equipamentos e que tem por finalidade o acolhimento urgente e transitório de crianças e jovens em situação de risco, para os quais não existe resposta imediata nos CAT.

² Também pode ter a designação de Casa de Acolhimento Temporário.

Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

Resposta social vocacionada para o estudo, prevenção e o apoio sócio-terapêutico a crianças e jovens em situação de risco social ou de perigo e às suas famílias. A intervenção é centrada na família, através de uma abordagem integrada dos recursos da comunidade e é desenvolvida por equipas multidisciplinares, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população alvo.

Acolhimento Familiar

Resposta social que consiste em acolher, transitória e temporariamente, por famílias consideradas idóneas para a prestação desse serviço e tecnicamente enquadradas, crianças e jovens cuja família natural não esteja em condições de desempenhar a sua função sócio-educativa, criando condições para a definição do projecto de vida da cada criança / jovem. (Decreto-Lei n.º 190/92, de 3 de Setembro).

Adopção

Resposta socio-legal para crianças e jovens em situação de risco que, à semelhança da filiação natural mas independentemente dos laços de sangue, se constitui legalmente entre adoptante e adoptando.

(Baseado no artigo 1.586 do Código Civil).

Serviços e Equipamentos de Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência

Serviços e Equipamentos para Pessoas com Deficiência em Geral

Centro de Paralisia Cerebral

Estrutura polivalente especializada e de reabilitação para pessoas com deficiência neuro-motora e/ou com problemas de desenvolvimento, que integra actividades no âmbito da prevenção, detecção, avaliação e intervenção através de programas integrados, terapêuticos e sócio-educativos, promovidos por equipas transdisciplinares, tendo em vista o desenvolvimento, a habilitação e a integração sócio-familiar.

Apoio em Regime Ambulatório

Resposta inserida no âmbito do apoio a pessoas com deficiência neuro-motora e / ou com problemas de desenvolvimento, suas famílias e técnicos da comunidade, que integra actividades de avaliação, orientação e intervenção terapêutica e sócio-educativa, promovidas por equipas transdisciplinares e desenvolvidas, com regularidade variável, definida consoante as necessidades da criança / jovem / adulto / família, nos centros especializados ou nos locais de vida daqueles.

Centro de Produção de Material

Serviço de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que se destina a conceber, produzir, adaptar e testar material lúdico, didáctico e cultural, utilizado como suporte das actividades de natureza sócio-educativa, cultural e recreativa.

Imprensa Braille

Serviço de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência visual, que se destina a produzir, adaptar e editar livros em Braille, de suporte ao processo de ensino/aprendizagem, assim como às actividades de natureza cultural e recreativa.

Transporte de Pessoas com Deficiência

Serviço de natureza colectiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência que tem por objectivo facilitar a sua mobilidade, assegurando transporte e acompanhamento personalizado, em ordem à prossecução dos objectivos gerais de reabilitação e integração da pessoa com deficiência.

Serviços e Equipamentos para Crianças e Jovens com Deficiência

Centro de Estudo e Apoio à Criança e à Família

Estrutura polivalente especializada no âmbito da prevenção da detecção, avaliação e intervenção interdisciplinar, para apoio a crianças e jovens dos 0 aos 24 anos com deficiência e problemas de desenvolvimento, protecção e apoio a crianças e jovens em situação de risco ou de perigo e apoio às respectivas famílias, nomeadamente, através das seguintes respostas sociais:

- Intervenção Precoce, Adopção, Consultas de Avaliação e Orientação, Programas Integrados de Promoção Social e de natureza Terapêutica dirigidas a crianças, a jovens e a famílias.

Intervenção Precoce

Resposta destinada a crianças até aos 6 anos de idade que apresentem deficiência ou risco de atraso grave de desenvolvimento e que consiste numa medida de apoio integrado, centrado na criança e na família, mediante acções de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da acção social, com vista a:

- assegurar condições facilitadoras do desenvolvimento da criança com deficiência ou em risco grave de desenvolvimento;
- potenciar a melhoria das interacções familiares;
- reforçar as competências familiares como suporte da sua possível capacitação e

autonomia face à problemática da deficiência. (Despacho Conjunto n.º 891/99, de 13 de Agosto).

Centro de Apoio Sócio-Educativo³

Resposta que integra actividades diferenciadas de natureza sócio-educativa, de apoio à integração e de apoios complementares, destinada a crianças e jovens com necessidades educativas especiais que não encontram resposta nas escolas regulares e que exijam um atendimento educativo específico resultante de:

- dificuldades graves de comunicação no acesso ao currículo regular, designadamente nas áreas da motricidade, da linguagem, da visão e da audição;
- dificuldades graves de compreensão do currículo regular;
- problemas graves do foro emocional e comportamental.

Lar de Apoio

Resposta social destinada a acolher crianças e jovens entre os 6 e os 16/18 anos de idade, com necessidades educativas especiais, que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual. Destinam-se, ainda, a apoiar situações que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.

Serviços e Equipamentos para População Adulta com Deficiência

Centro de Actividades Ocupacionais – CAO

Estrutura destinada a desenvolver actividades para jovens e adultos com deficiência grave e profunda, com o objectivo de:

- ♦ Estimular e facilitar o desenvolvimento das suas capacidades;
- ♦ Facilitar a sua integração social;
- ♦ Facilitar o seu encaminhamento, sempre que possível, para programas adequados de integração sócio-profissional.

(Decreto-Lei n.º 18/89, de 11 de Janeiro e Despacho n.º 52/SESS/90, de 16 de Julho)

Centro de Reabilitação de Pessoas com Cegueira

Resposta social desenvolvida em equipamento que proporciona, às pessoas com cegueira recente, uma adaptação e ajustamento físico e psicológico à cegueira, bem como a sua integração familiar e social.

³ A tutela destas actividades está em processo de passagem do MTS para o ME.

Lar Residencial

Resposta social desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, de idade não inferior a 16 anos, que se encontrem impedidos, temporária ou definitivamente, de residir no seu meio familiar.

Serviço de Apoio Domiciliário

Resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.

(Despacho Normativo n.º 62/99, de 12 de Novembro).

Acolhimento Familiar

Resposta social que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas e tecnicamente enquadradas, pessoas com deficiência a partir da idade adulta, quando se verifiquem as seguintes situações:

- ♦ Inexistência ou insuficiência de respostas sociais eficazes que assegurem o apoio adequado à manutenção no seu domicílio da pessoa adulta com deficiência;
- ♦ Ausência da respectiva família ou quando esta não reúna condições mínimas para assegurar o seu acompanhamento.

(Decreto-Lei n.º 391/91, de 10 de Outubro).

Centro de Atendimento / Acompanhamento e Animação para Pessoas com Deficiência

Resposta social organizada em espaço polivalente, destinada a informar, orientar e apoiar as pessoas com deficiência, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias à resolução dos seus próprios problemas, bem como actividades de animação sócio-cultural.

Serviços e Equipamentos para Idosos

Centro de Convívio

Resposta social desenvolvida em equipamento, de apoio a actividades sócio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação activa dos idosos.

Centro de Dia

Resposta social desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sócio-familiar.

Lar para Idosos

Estabelecimento em que sejam desenvolvidas actividades de apoio social a pessoas idosas através do alojamento colectivo, de utilização temporária ou permanente, fornecimento de alimentação, cuidados de saúde, higiene, conforto, fomentando o convívio e proporcionando a animação social e a ocupação dos tempos livres dos utentes.

(Despacho Normativo n.º 12/98, de 05 de Março)

Residência

Resposta social desenvolvida em equipamento, constituído por um conjunto de apartamentos com serviços de utilização comum, para idosos com autonomia total ou parcial.

Serviço de Apoio Domiciliário

Resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e / ou as actividades da vida diária.

(Despacho Normativo n.º 62/99, de 12 de Novembro).

Acolhimento Familiar

Resposta social que consiste em integrar temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas e tecnicamente enquadradas, pessoas idosas, quando se verificarem as seguintes situações:

- ♦ Inexistência ou insuficiência de respostas sociais eficazes que assegurem o apoio adequado à manutenção no seu domicílio da pessoa idosa;
- ♦ Ausência da respectiva família ou quando esta não reúna condições mínimas para assegurar o seu acompanhamento.

(Decreto-Lei n.º 391/91, de 10 de Outubro).

Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos

Resposta social desenvolvida em equipamento, de preferência, a partir de uma estrutura já existente, que consiste no acolhimento temporário a idosos em situação de emergência social, perspectivando-se, mediante a especificidade de cada situação, o encaminhamento do idoso ou para a família ou para outra resposta social de carácter permanente.

Centro de Noite

Resposta social desenvolvida em equipamento, de preferência, a partir de uma estrutura já existente e integrada com outras respostas sociais (ex: centro de dia, lar ou outra) dirigida a idosos com autonomia, que desenvolvem as suas actividades da vida diária no domicílio, mas

que, durante a noite, por motivo de isolamento, necessitam de algum suporte de acompanhamento.

Serviços e Equipamentos para Família e Comunidade

Atendimento / Acompanhamento Social

Resposta social que visa apoiar as pessoas e famílias em dificuldade, na prevenção e / ou resolução de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão, assente numa relação de reciprocidade técnico / utente, tendo em vista a promoção de condições facilitadoras da sua inserção, através, nomeadamente, do apoio à elaboração e acompanhamento de um projecto de vida.

Centro de Alojamento Temporário

Resposta social desenvolvida em equipamento destinado a acolher, por um período de tempo limitado, pessoas em situação de carência, nomeadamente, população flutuante, famílias desalojadas e outros grupos em situação de emergência social e que deve funcionar, preferencialmente, em articulação com outras respostas de carácter integrador.

Comunidade de Inserção

Resposta social desenvolvida em equipamento e que compreende um conjunto de acções integradas com vista à inserção social de diversos grupos-alvo que, por determinados factores, se encontram em situação de marginalização (nomeadamente sem-abrigo, ex-reclusos, mães solteiras).

Centro Comunitário

Estrutura polivalente onde se desenvolvem serviços e actividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um pólo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projecto de desenvolvimento local, colectivamente assumido.

Colónia de Férias

É uma resposta social destinada à satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores. Dirige-se a todas as faixas etárias da população e à família na sua globalidade.

Refeitório / Cantina Social

Resposta social desenvolvida em equipamento destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras actividades, nomeadamente de higiene pessoal, tratamento de roupas e ainda outras desenvolvidas em ateliers.

Casa de Abrigo

Resposta social constituída por unidades residenciais destinadas a proporcionar acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais.

Ajuda Alimentar a Carenciados

Resposta social que tem por finalidade contribuir para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias desfavorecidas, promovendo a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou outras entidades sem fins lucrativos.

Serviços e Equipamentos para Toxicodependentes

Equipas de Intervenção Directa ou Equipas de Rua

Unidades de intervenção directa junto das populações toxicodependentes e suas famílias e, de uma forma geral, junto de comunidades afectadas pelo fenómeno da toxicodependência, com o objectivo de fomentar a integração dos toxicodependentes em processos de recuperação, tratamento e de reinserção social através do desenvolvimento de acções articuladas de sensibilização, orientação e encaminhamento.

(Decreto-Lei n.º72/99, de 15 de Março).

Apartamento de Reinserção Social

Unidades residenciais temporárias destinadas a apoio a toxicodependentes que se confrontam, designadamente, após a saída de unidades de tratamento ou após a saída de estabelecimentos prisionais, dos centros tutelares ou de outros estabelecimento da área da justiça, com problemas de reinserção, quer familiar, social, escolar ou profissional.

(Decreto-Lei n.º72/99, de 15 de Março)

Serviços e Equipamentos para Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias

Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial

Resposta que se destina a informar, orientar e apoiar social e psicologicamente indivíduos e famílias afectadas pelo VIH/SIDA com vista à prevenção e restabelecimento do seu equilíbrio funcional.

Serviço de Apoio Domiciliário

Resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a pessoas infectadas pelo VIH/SIDA que, por motivo de doença, não possam

assegurar, temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as actividades de vida diária.

Residência

Resposta social a desenvolver em equipamento destinada a pessoas infectadas pelo VIH/SIDA, em ruptura familiar e desfavorecimento sócio-económico.

Serviços e Equipamentos para Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

Fórum Sócio-Ocupacional

Equipamento destinado a pessoas com desvantagem, transitória ou permanente, de origem psíquica, visando a sua reinserção sócio-familiar e ou profissional ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido.

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio).

Unidade de Vida Apoiada – UVAP

Resposta habitacional, destinada a pessoas que, por limitação mental crónica e factores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem apoio, as actividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente.

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio).

Unidade de Vida Protegida – UPRO

Estrutura habitacional, destinada sobretudo ao treino de autonomia de pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave e de evolução crónica, clinicamente estável (nomeadamente psicoses).

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio)

Unidade de Vida Autónoma – UVAU

Estrutura habitacional destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave estabilizada e de evolução crónica, com boa capacidade autonómica, permitindo a sua integração em programa de formação profissional ou de emprego normal ou protegido e sem alternativa residencial satisfatória.

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio).

Serviços e Equipamentos para Pessoas em Situação de Dependência

Apoio Domiciliário Integrado – ADI

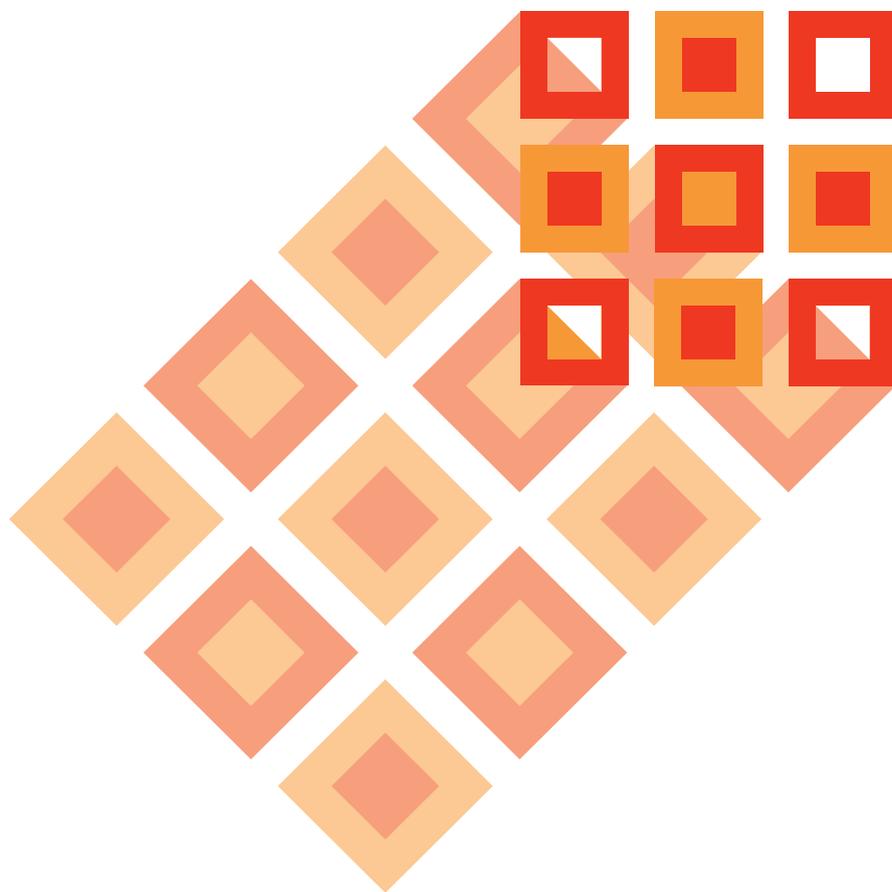
É um serviço que se concretiza através de um conjunto de acções e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio. Perspectiva-se como uma resposta charneira e prioritária cujo planeamento e avaliação cabe a uma equipa de cuidados integrados

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio).

Unidade de Apoio Integrado – UAI

É uma unidade com capacidade máxima de 30 utentes, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, de acordo com a avaliação da equipa de cuidados integrados, manter-se apoiados no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio)



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



Projecto apoiado pelo
Programa Operacional de Assistência
Técnica ao QCA III - eixo FSE